



1ª REVISÃO DO  
**PLANO DIRETOR MUNICIPAL  
DE MÊDA**

**AValiação Ambiental  
Estratégica**  
**Resumo Não Técnico**

Julho de 2021



1ª REVISÃO DO  
**PLANO DIRETOR MUNICIPAL  
DE MÊDA**

**AVALIAÇÃO AMBIENTAL  
ESTRATÉGICA**  
**Resumo Não Técnico**

Julho de 2021

Na capa:

- (1) Civitas Aravorum, em Marialva;
- (2) Convento, em Aveloso;
- (3) Pelourinho de Ranhados;
- (4) Vista sobre Casteijão;
- (5) Fonte Manuelina, em Ranhados;
- (6) Porta Manuelina, em Prova;
- (7) Banhos de Areola
- (8) Ribeira da Teja

Largo do Município  
6430-197 MÊDA

T +351 279 880 040  
F +351 279 882 520

[cmmeda@cm-meda.pt](mailto:cmmeda@cm-meda.pt)  
[www.cm-meda.pt](http://www.cm-meda.pt)

**Ficha Técnica do Documento**

<b>Título:</b>	AAE da 1.ª revisão do PDM de Mêda – Resumo Não Técnico
<b>Descrição:</b>	Resumo não técnico do Relatório Ambiental da Avaliação Ambiental Estratégica da 1.ª revisão do Plano Diretor Municipal de Mêda
<b>Data de produção:</b>	26 de agosto de 2019
<b>Data da última atualização:</b>	29 de janeiro de 2021
<b>Versão:</b>	04
<b>Desenvolvimento e produção:</b>	Câmara Municipal de Mêda e GeoAtributo C.I.P.O.T. Lda.
<b>Coordenador de Projeto:</b>	Dr.º Ricardo Almendra   Geógrafo
<b>Equipa técnica:</b>	Elisa Bairrinho   Arquiteta Paisagista Raquel Nogueira   Engenheira Civil Joana Pereira   Geógrafa
<b>Consultores:</b>	Eng.º Manuel Miranda   Planum
<b>Código de documento:</b>	136
<b>Estado do documento</b>	Para consulta pública.
<b>Código do Projeto:</b>	011090902
<b>Nome do ficheiro digital:</b>	0909_Resumo_Nao_Tecnico_v04

## ÍNDICE DE ACRÓNIMOS

---

<b>AAE</b>	Avaliação Ambiental Estratégica
<b>ERAE</b>	Entidades com Responsabilidades Ambientais Específicas
<b>FA</b>	Fatores Ambientais
<b>FCD</b>	Fatores Críticos para a Decisão
<b>PDM</b>	Plano Diretor Municipal
<b>QE</b>	Questões Estratégicas
<b>QRE</b>	Quadro de Referência Estratégico
<b>RA</b>	Relatório Ambiental
<b>RDA</b>	Relatório de Definição de Âmbito

# ÍNDICE

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>7</b>
<b>2 REVISÃO DO PLANO MUNICIPAL DE MÊDA .....</b>	<b>9</b>
2.1 LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA E ENQUADRAMENTO .....	9
2.2 ANTECEDENTES .....	10
2.3 OBJETIVOS E QUESTÕES ESTRATÉGICAS .....	11
<b>3 AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA .....</b>	<b>13</b>
3.1 METODOLOGIA .....	13
3.2 DEFINIÇÃO DOS FATORES CRÍTICOS PARA A DECISÃO .....	16
3.2.1 Questões Estratégicas .....	16
3.2.2 Quando de Referência Estratégico .....	17
3.2.3 Fatores Críticos para a Decisão .....	18
3.3 SÍNTESE DA AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA .....	24
3.3.1 FCD – Revitalização e Diversificação Económica .....	24
3.3.2 FCD – Proteção e Valorização do Património Ambiental e Recursos Naturais .....	28
3.3.3 FCD – Qualificação e Ordenamento do Território .....	36
3.3.4 FCD – Património e Identidade Cultural e Vitalidade Turística .....	45
<b>4 SISTEMATIZAÇÃO DA AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA .....</b>	<b>52</b>
<b>5 PROCESSO DE SEGUIMENTO E CONTROLO .....</b>	<b>53</b>
<b>6 CONCLUSÃO .....</b>	<b>58</b>
<b>7 BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>59</b>

## ÍNDICE DE MAPAS

---

Mapa 1   Enquadramento geográfico e administrativo do concelho de Mêda .....	9
Mapa 2   Povoamentos florestais do concelho de Mêda .....	29
Mapa 3   Perigosidade de incêndios florestais .....	31
Mapa 4   Enquadramento da ZPE Vale do Côa no concelho de Mêda .....	33
Mapa 5   Áreas edificáveis propostas, para o concelho de Mêda .....	38

## ÍNDICE DE FIGURAS

---

Figura 1   Articulação entre os processos de desenvolvimento da AAE e elaboração da 1ª revisão do PDM de Mêda.....	14
Figura 2   Fatores Críticos para a Decisão como elemento central e estruturante da AAE .....	16

## ÍNDICE DE QUADROS

---

Quadro 1   Quadro de Referência Estratégica da 1ª revisão do PDM de Mêda .....	17
Quadro 2   Identificação dos critérios, objetivos e indicadores de avaliação, por FCD .....	20
Quadro 3   Projetos aprovados no âmbito das medidas do PRODER entre 2008 e 2014.....	28
Quadro 4   Área edificável proposta na revisão do PDM de Mêda .....	38
Quadro 5   Equipamentos sociais de apoio à infância e número de utentes, existentes no concelho, em janeiro de 2020.....	42
Quadro 6   Equipamentos sociais de apoio ao idoso e número de utentes, existentes no concelho, em janeiro de 2020.....	43
Quadro 7   Património classificado no concelho de Mêda .....	45
Quadro 8   Produtos de Qualidade reconhecida (DOP e IGP) .....	47
Quadro 9   Situação atual e tendência de evolução - Síntese da AAE da revisão do PDM de Mêda .....	52
Quadro 10   Indicadores de seguimento e monitorização ambiental da revisão do PDM de Mêda .....	54

# 1 INTRODUÇÃO

---

O presente documento constitui o Resumo Não Técnico (RNT) do Relatório Ambiental (RA) da Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) da 1.ª revisão do Plano Diretor Municipal (PDM) de Mêda.

Este documento pretende apresentar com uma linguagem não técnica, de forma clara e resumida, os principais aspetos analisados no RA, se tornando um documento relevante de fácil compreensão e acessível a um grupo mais alargado de interessados, sendo uma peça essencial no processo de participação do público, pois em muitos casos, a única fonte de informação de alguns segmentos da população interessada. Assim, a análise deste relatório não dispensa a consulta do Relatório Ambiental e da Proposta de Revisão do PDM.

A AAE consiste num instrumento de avaliação de planos e programas, desenvolvido no contexto do processo de planeamento e programação, que pretende integrar as questões ambientais no ciclo de decisão, orientadas por uma visão de desenvolvimento sustentável.

O processo da AAE teve início com o desenvolvimento do Relatório de Definição do Âmbito (RDA), através da qual foram determinados os fatores mais importantes que deveriam ser considerados na avaliação e que foram chamados Fatores Críticos de Decisão (FCD), nomeadamente, (1) Revitalização e Diversificação Económica, (2) Proteção e Valorização do Património Ambiental e Recursos Naturais, (3) Qualificação e Ordenamento do Território e (4) Património e Identidade Cultural e Vitalidade Turística, tendo estes sido objeto de pareceres por parte das Entidades com Responsabilidades Ambientais Específicas (ERAEE). Posteriormente foi elaborado o Relatório Ambiental no qual se identificam, descrevem e avaliam os eventuais efeitos significativos no ambiente resultante da aplicação da proposta do Plano.

A realização de uma avaliação ambiental, ao nível do planeamento e da programação, garante que os potenciais efeitos ambientais são tomados em consideração durante a revisão de Plano e antes da sua aprovação. Esta avaliação contribui para a adoção de soluções inovadoras, mais eficazes e sustentáveis, e de medidas de controlo que evitem ou reduzam efeitos negativos significativos no ambiente, decorrentes da 1.ª revisão PDM de Mêda.

Com a aprovação da proposta do plano será elaborada a Declaração Ambiental (DA) a ser entregue à Agência Portuguesa do Ambiente (APA), que disponibilizará a sua consulta na página da internet.

A fase posterior traduz-se no controlo dos efeitos identificados, através da análise dos indicadores descritos no RA (sistema de monitorização), devendo os resultados ser divulgados anualmente pelo Município de Mêda.



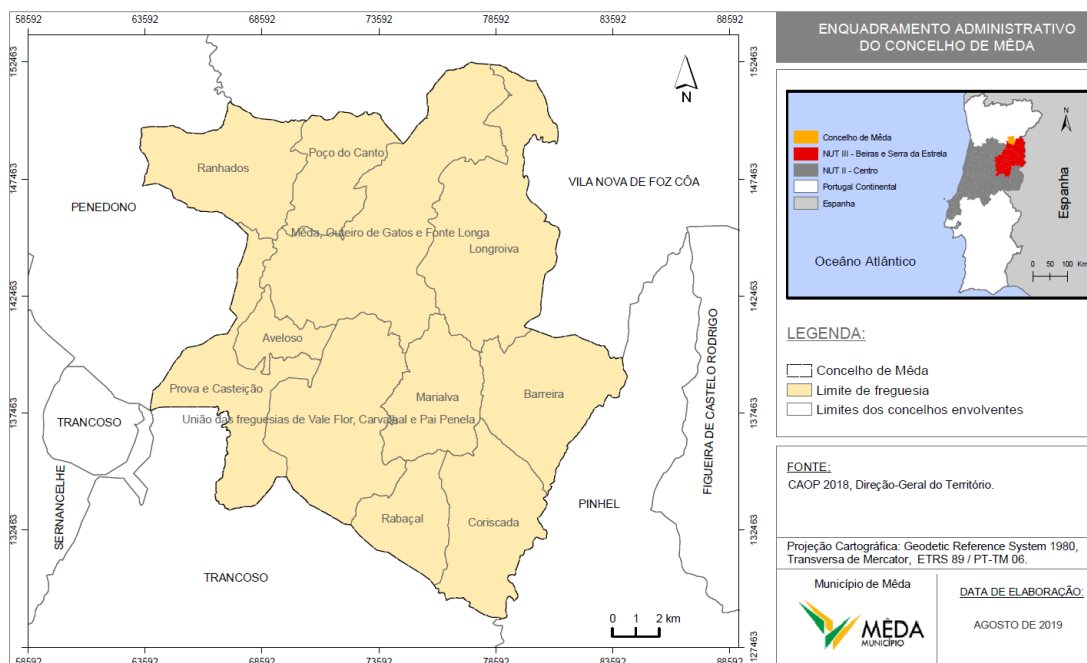
## 2 REVISÃO DO PLANO MUNICIPAL DE MÊDA

### 2.1 LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA E ENQUADRAMENTO

O concelho de Mêda insere-se, em termos geográficos, na região Centro (NUT II) e na sub-região das Beiras e Serra da Estrela (NUT III), sendo um dos concelhos integrantes do distrito da Guarda. Com uma área total de 286 km<sup>2</sup> e uma população de 5.202 habitantes (Censos 2011), este concelho possui uma densidade populacional de 18 hab./km<sup>2</sup> e é constituído por 11 freguesias (Mapa 1).

As freguesias de Barreira, Marialva, Coriscada, Rabaçal e a União das freguesias de Vale Flor, Carvalhal e Pai Penela integram a Região Vitivinícola da Beira Interior (sub-região de Pinhel), definida pela Portaria n.º 165/2005, de 11 de fevereiro (alterado pela Portaria n.º 178/2010, de 25 de março), enquanto as freguesias de Longroiva, Poço do Canto e a União das freguesias de Mêda, Outeiro dos Gatos e Fonte Longa estão inseridas na Região Demarcada do Douro, estabelecida pelo Decreto-Lei n.º 254/98, de 11 de agosto.

Mapa 1 | Enquadramento geográfico e administrativo do concelho de Mêda



## 2.2 ANTECEDENTES

A Assembleia Municipal de Mêda aprovou, em 29 de abril de 1995, o PDM atualmente em vigor, tendo o mesmo sido ratificado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 137/95, publicada no Diário da República I Série-B, n.º 263, de 14 de novembro de 1995, sendo, até à data o único instrumento de ordenamento municipal em vigor no concelho. Desde a sua entrada em vigor, foi sujeito a três alterações a nível regulamentar.

- ✚ 1.ª Alteração, Aviso n.º 8136/2012, publicado no Diário da República, 2.ª série, N.º 114, de 14 de junho de 2012: alteração das alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo 35.º;
- ✚ 2.ª Alteração, Aviso n.º 14837/2017, publicado no Diário da República, 2.ª série, N.º 236, de 11 de dezembro de 2017;
- ✚ 3.ª Alteração, Aviso n.º 18368/2018, publicado no Diário da República, 2.ª série, N.º 237, de 10 de dezembro de 2018: alteração parcial da redação da alínea b) do n.º 1 e n.º 3 do artigo 35.º.

De acordo com o relatório de Avaliação do Nível de Execução do PDM em vigor de Mêda, o PDM vigente assumia como grande objetivo estratégico a necessidade de *“assegurar para a população um quadro de vida agradável, com acesso aos benefícios que o progresso tem vindo a pôr à disposição da sociedade dos países da Comunidade Europeia”*. Por forma a alcançar este objetivo, foi definido um objetivo de topo, subdividido em três campos de orientação distintos que visavam o desenvolvimento deste concelho:

*“Fomentar o aparecimento e criar condições para que as atividades produtivas se possam desenvolver num quadro adequado:*

- ✚ *Preparar convenientemente os espaços onde as indústrias se irão instalar (foram definidas três zonas industriais) / Incentivar empresários a investir no concelho;*
- ✚ *Contribuir para que surjam oportunidades de formação ao nível do ensino técnico/técnico profissional;*
- ✚ *Criar condições de vida com qualidade para fixar / manter mão-de-obra qualificada.”*

Neste momento, o PDM de Mêda encontra-se em revisão, de acordo com o Aviso n.º 7029/2016, publicado em Diário da República, Série II – N.º 106 – 02 de junho de 2016, o qual tornou público a retomada do processo de revisão, cujo procedimento se iniciou no ano de 2001.

A presente revisão do PDM de Mêda comporta as seguintes orientações estratégicas:

- a) Prioridades essenciais, linhas estratégicas de desenvolvimento e orientações de implementação dos instrumentos de gestão territorial de ordem superior com incidência no território do concelho;
- b) Objetivos estratégicos e opções de base territorial configurados na estratégia e modelo de desenvolvimento local estabelecidos, que traduzem a visão estratégica de "*Construir o futuro, explorando a multiplicidade de oportunidades*";
- c) Elementos estruturadores do modelo de organização espacial do concelho: estruturação urbana, estruturação viária, estrutura ecológica municipal e classificação e qualificação do uso do solo.

## 2.3 OBJETIVOS E QUESTÕES ESTRATÉGICAS

Na deliberação de reabertura do processo de revisão do PDM de Mêda foram estabelecidos objetivos para o presente processo de revisão. De tais objetivos, explicitados através de uma formulação de índole instrumental-operativa, podem inferir-se algumas orientações de carácter mais estratégico, a saber:

- ✧ A promoção do desenvolvimento equilibrado do concelho, isto é, um reforço da coesão social e territorial que contribua para o desacelerar do processo de regressão populacional, através de um ordenamento adequado que se articule devidamente com os instrumentos e estratégias de âmbito supramunicipal relevantes e com os concelhos vizinhos, evitando descontinuidades nas políticas territoriais a prosseguir;
- ✧ A preservação do património cultural do concelho, nomeadamente através da proteção e valorização dos núcleos históricos e do património edificado existente;
- ✧ A preservação do ambiente e do património paisagístico do concelho, revendo os princípios e as regras de proteção do património natural, através da adequação das restrições impostas a intervenções em áreas rurais;

- ✧ O reforço do papel de algumas sedes de freguesia procurando a sua afirmação como polos de desenvolvimento à escala local;
- ✧ A adoção de uma ótica de contenção da expansão urbana, privilegiando a compactação dos aglomerados através do preenchimento de áreas intersticiais ainda não ocupadas com edificação;
- ✧ A requalificação e revitalização dos aglomerados, nomeadamente através do reforço das suas dotações coletivas (espaços verdes e equipamentos).

Importa, referir que a ausência da revisão do plano não constitui, uma “opção” viável, devido a 1ª publicação do PDM de Mêda ser de mais de 25 anos, pelo que houve alterações das características do concelho, existindo por consequente a necessidade de rever a visão estratégica. Para além disso, as alterações na legislação entretanto verificadas tornam necessária a revisão do PDM de Mêda.

## 3 AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA

---

### 3.1 METODOLOGIA

O processo da AAE da 1ª revisão do PDM de Mêda tem como objetivo reforçar a incorporação das questões ambientais, sociais e económicas nas opções de ordenamento adotadas na revisão do PDM, potenciando os impactos positivos e minimizando os negativos, através da definição de recomendações e estabelecendo medidas de monitorização que permitam identificar e reajustar os efeitos resultantes da implementação do PDM.

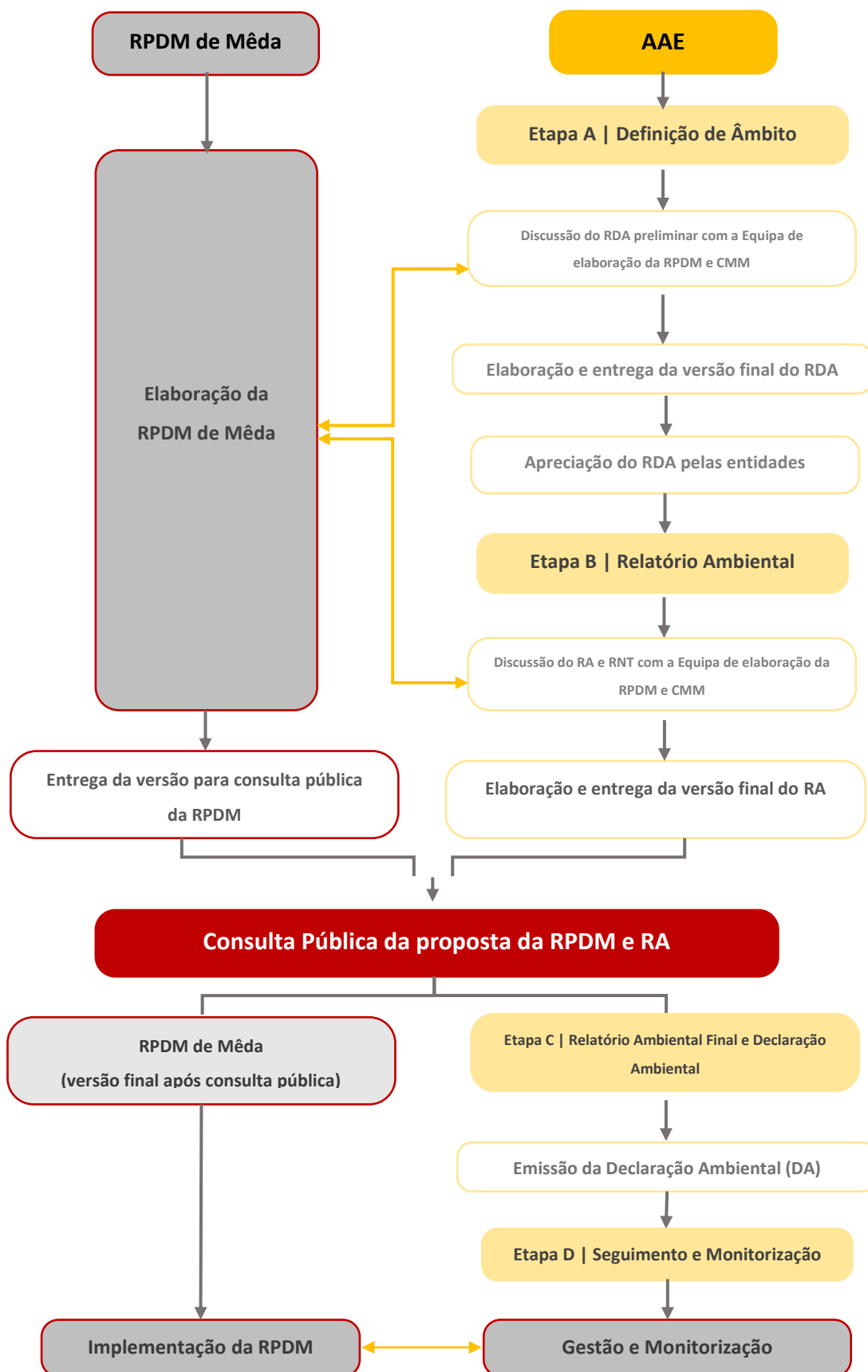
Considerando que a AAE é um processo abrangente, contínuo e sistemático, que deve assegurar que os efeitos ambientais das soluções adotadas no plano são tidos em consideração durante a elaboração do mesmo, de modo a dar resposta à integração da AAE no seu processo, é definido um esquema metodológico, em conformidade com as orientações do “Guia da Avaliação Ambiental dos Planos Municipais do Ordenamento do Território”, publicado pela Direção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (DGOTDU<sup>1</sup>) como também do “Guia de melhores práticas para a Avaliação Ambiental Estratégica – orientações metodológicas para um pensamento estratégico em AAE”, de Maria do Rosário Partidário (2012) para a Agência Portuguesa do Ambiente.

Para o processo da AAE da 1ª revisão do PDM de Mêda foram estabelecidas **quatro etapas**, que asseguram a incorporação de uma programação articulada com o processo de elaboração do plano (Figura 1).

---

<sup>1</sup> Atual Direção-Geral do Território.

Figura 1 | Articulação entre os processos de desenvolvimento da AAE e elaboração da 1ª revisão do PDM de Mêda



Na **Etapa A “Definição de Âmbito”** são definidos os FCD, identificados os critérios e selecionados os domínios de avaliação que estabelecerão o alcance e o nível de pormenorização a incluir no RA.

Esta fase culmina com a consulta institucional às entidades com competências no processo da AAE e integração dos pareceres e comentários efetuados no âmbito desta consulta, no RA.

Na **Etapa B “Relatório Ambiental”** procedeu-se a um conjunto de estudos técnicos com os FCD definidos, avaliando-se os diferentes cenários estipulados e definindo-se as oportunidades e os riscos resultantes da implementação do plano. São identificadas as ações do plano que possam ter efeitos significativos no ambiente, através do cruzamento das questões ambientais e as propostas do plano, permitindo assim verificar compatibilidades e incompatibilidades, identificar eventuais estratégias e soluções alternativas a aplicar, e por fim oferecendo uma oportunidade de serem reanalisadas as hipóteses inicialmente tomadas.

Da avaliação dos potenciais efeitos resultantes da execução do plano e da definição de medidas de minimização dos efeitos negativos e de maximização dos efeitos positivos decorre o Programa de Gestão e Monitorização Ambiental, que irá futuramente garantir a avaliação e o controlo dos efeitos que a implementação do plano terá no ambiente e no desenvolvimento local/regional, isto é, a monitorização ambiental do plano.

Esta fase culmina com a consulta institucional e pública às entidades com competências no processo de AAE.

Na **Etapa C “Relatório Ambiental Final e Declaração Ambiental”** procede-se à elaboração do Relatório Ambiental da AAE da proposta final da 1ª revisão do PDM de Mêda, culminado com a apresentação da versão final do Relatório Ambiental e Resumo Não Técnico, em conformidade com a proposta final do plano.

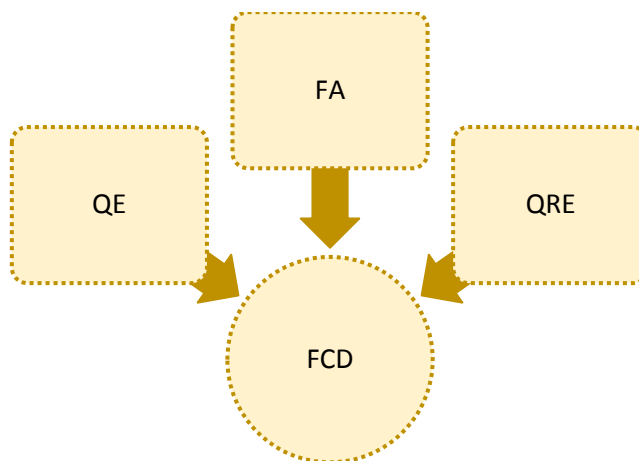
Uma vez aprovado o Plano e a sua publicação em Diário da República, a Câmara Municipal de Mêda enviará à Agência Portuguesa do Ambiente a Declaração Ambiental (DA), onde consta a maneira como as considerações ambientais do RA foram integradas na versão final da 1ª revisão do PDM de Mêda. Esta também deve referir as razões que fundamentaram a aprovação do plano e as medidas de controlo dos efeitos significativos no ambiente decorrente da aplicação da execução do plano revisto.

Na **Etapa D “Seguimento e Monitorização”** cumpre-se e executa-se o programa de monitorização. A Câmara Municipal de Mêda deve avaliar e controlar os efeitos significativos no ambiente, decorrentes da aplicação/execução do plano, verificando se estão a ser cumpridas as medidas constantes da DA.

## 3.2 DEFINIÇÃO DOS FATORES CRÍTICOS PARA A DECISÃO

A AAE da 1.ª revisão do PDM de Mêda baseou-se nos fatores considerados como críticos para a decisão. A seleção destes Fatores Críticos para a Decisão (FCD) resultou da análise integrada das Questões Estratégicas (QE), dos Fatores Ambientais (FA) (alínea e) do n.º 1 do artigo 6.º do RJAAE) e do Quadro de Referência Estratégico (QRE).

Figura 2 | Fatores Críticos para a Decisão como elemento central e estruturante da AAE



### 3.2.1 QUESTÕES ESTRATÉGICAS

A identificação das QE visa definir as intenções e o alcance do plano agora em revisão e perceber qual é o seu potencial estratégico com repercussões ambientais. As QE são, portanto, consideradas elementos estruturantes que permitem descrever quais são os principais objetivos do plano e que contribuem para a definição dos FCD.

A identificação das QE para a 1.ª revisão do PDM de Mêda foi realizada atendendo aos objetivos definidos para a mesma, apoiada na estrutura estratégica assumida pelo Município e no QRE que enquadra estrategicamente a elaboração do Plano.

As QE para a 1.ª revisão do PDM de Mêda são as seguintes:



- ✦ Melhorar as condições sociais da população local, reforçando a coesão social e territorial;
- ✦ Estabelecer novas premissas para um adequado e equilibrado planeamento urbano, de modo a otimizar a utilização dos solos;
- ✦ Promover a dinamização e a intensificação da economia local, através de um quadro normativo e de um programa de investimentos adequados;
- ✦ Assegurar a preservação dos recursos paisagísticos, cinegéticos, naturais e culturais, garantindo a sua preservação, reabilitação, valorização e potenciação.

### 3.2.2 QUANDO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO

No âmbito da presente AAE foram identificados e analisados os instrumentos de ordenamento do território de âmbito nacional, regional e local, que definem objetivos e/ou metas de suscetibilidade e que enquadram estrategicamente o plano.

No Quadro 1 estão apresentados os referidos instrumentos, sendo importante referir que não se pretende apresentar uma listagem exaustiva de todos os planos e/ou programas que enquadram o PDM de Mêda, mas apenas aqueles que apresentam objetivos e/ou metas com relevância para a área de intervenção e que são adequados à sua escala e âmbito.

Quadro 1 | Quadro de Referência Estratégica da 1ª revisão do PDM de Mêda

ÂMBITO	INSTRUMENTOS DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO
Nacional	Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT)
	Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável (ENDS)
	Portugal 2020
	Plano Nacional da Água (PNA)
	Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade (ENCNB)
	Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água (PNUEA)
	Plano Estratégico Nacional de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais 2020 (PENSAAR 2020)
	Plano Estratégico para os Resíduos Sólidos Urbanos 2020 (PERSU 2020+)
	Programa de Desenvolvimento Rural 2014-2020 (PDR)
	Estratégia Nacional para as Florestas (ENF)
	Programa Nacional das Alterações Climáticas 2020/2030 (PNAC 2020/2030)

ÂMBITO	INSTRUMENTOS DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO
	Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas (ENAAC 2020)
	Programa de Ação para a Adaptação às Alterações Climáticas (P-3AC)
	Plano Nacional Energia Clima 2030 (PNEC2030)
	Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050 (RNC2050)
	Plano Rodoviário Nacional (PRN 2000)
	Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação (PANCD)
	Estratégia Turismo 2027 (ET 2027)
	Programa Nacional de Turismo de Natureza (PNTN)
	Plano Gestão da Região Hidrográfica do Douro (PGRH – RH3-Douro)
	Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PNDFCI)
	Plano Setorial da Rede Natura 2000 (PSRN 2000)
	Plano Nacional de Investimento (PNI 2030)
	Plano Nacional de Ação para as Energias Renováveis 2020 (PNAER)
	Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética 2016 (PNAEE)
Regional	Centro 2030
	Proposta do Plano Regional de Ordenamento do Território do Centro (PROT-C)
	Programa Regional de Ordenamento Florestal do Centro Interior (PROF-CI)
	Plano Distrital de Defesa da Floresta Contra Incêndios da Guarda (PDDFCI)
	Estratégia Integrada de Desenvolvimento Intermunicipal Beiras e Serra da Estrela 2020 (EIDT-BSE)
	Turismo e Património no Vale do Côa – Estratégia de Eficiência Coletiva PROVERE
	Estratégia de Eficiência Coletiva – Aldeias Históricas de Portugal para 2020 (EEC AHP 2020)
Municipal	Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI)
	Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Mêda (PMEPC)

### 3.2.3 FATORES CRÍTICOS PARA A DECISÃO

Os Fatores Críticos para a Decisão (FCD) constituem o esqueleto estruturante da AAE e procuram, fundamentalmente, apontar aspetos críticos da situação existente e tendencial, relevantes e de destaque para o processo de desenvolvimento e sua sustentabilidade. Assim, pretende-se avaliar a forma como as questões estratégicas do PDM podem dar resposta a estes aspetos críticos.

Os FCD identificados para o presente processo de AAE resultam da análise da interação do QRE, das QE preconizadas na elaboração do plano e dos FA. Os FCD considerados são aqueles

que podem causar eventuais efeitos significativos (positivos/negativos) resultantes da aplicação do plano e sobre os quais a AAE se deve debruçar e assegurar o tratamento dos FA exigidas no RJAAE (Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de maio).

Face ao exposto, no caso particular da AAE da 1.ª revisão PDM de Mêda, propõe-se a definição de quatro FCD, que se apresentam de seguida, acompanhados dos respetivos critérios, objetivos e indicadores de avaliação (Quadro 2).

Quadro 2 | Identificação dos critérios, objetivos e indicadores de avaliação, por FCD

FCD	CRITÉRIO	OBJETIVOS	INDICADORES DE AVALIAÇÃO
Revitalização e Diversificação Económica	Economia	<p>Avaliar se a proposta do plano contribui para aumentar a capacidade atrativa do concelho de Mêda, através da instalação de atividades económicas, diversificando a base económica local e promovendo os produtos e recursos locais disponíveis.</p> <p>Estruturação de modelo territorial que beneficie o desenvolvimento económico com a definição de espaços destinados às atividades económicas e instalações industriais.</p> <p>Promover um modelo de crescimento económico, através da qualificação territorial para o acolhimento de atividades que assegurem uma dinamização da economia regional e local.</p>	<p>Área total de espaços infraestruturados e estruturados para o acolhimento de novas empresas.</p> <p>Taxa de ocupação das áreas empresariais.</p> <p>Normas urbanísticas dos espaços de acolhimento de atividades económicas.</p> <p>Evolução do saldo líquido de criação de novas empresas.</p>
	Atividades económicas em espaço rural	<p>Avaliar se a proposta do plano concorre para a valorização dos espaços rurais, através da valorização das áreas de produtos tradicionais de excelência (DOP e IGP).</p> <p>Avaliar se a proposta do plano promove a articulação do setor primário com o turismo rural, como por exemplo o turismo vitivinícola.</p> <p>Avaliar se a proposta do plano salvaguarda as áreas com melhores características para a atividade de produção primária (agrícola e florestal) com a definição de usos compatíveis e complementares com a proteção dos recursos.</p>	<p>Evolução da dimensão das áreas efetivamente exploradas (agriculturas e silvicultura)</p> <p>Representatividade do setor primário no panorama económico municipal.</p> <p>Produtividade do sector primário (produção/ativos)</p>
Proteção e Valorização do Património Ambiental e Recursos Naturais	Recursos Florestais	<p>Avaliar se a proposta do plano contribui para o correto ordenamento e a qualificação dos espaços florestais, garantido que os usos complementares e compatíveis são os adequados e se esta promove o cumprimento das servidões florestais verificadas.</p> <p>Avaliar de que forma a proposta do plano assegura a adequada manutenção e gestão dos espaços florestais, de modo a conter e/ou evitar a deflagração de incêndios florestais.</p>	<p>Evolução tendencial da área florestal ardida e do número de ações de manutenção e preservação dos espaços florestais.</p> <p>Área total de áreas florestais com perigosidade elevada e muito elevada.</p> <p>Disposições regulamentares relativas aos usos compatíveis e complementares.</p>

FCD	CRITÉRIO	OBJETIVOS	INDICADORES DE AVALIAÇÃO
	Paisagem e recursos naturais	<p>Avaliar se a proposta do plano contribui para a proteção, recuperação e valorização das áreas de interesse paisagístico e biofísico e se se promove a sua afirmação no contexto regional e nacional.</p> <p>Avaliar o modelo territorial proposto e os respetivos usos no que concerne à salvaguarda e sustentabilidade dos recursos naturais.</p>	<p>Implementação da Convenção Europeia da Paisagem.</p> <p>Ocupação do solo nas áreas e envolvente dos sítios com interesse paisagístico.</p> <p>Qualidade da estrutura ecológica municipal.</p>
	Qualidade ambiental	<p>Avaliar de que forma a proposta do plano considera as questões ambientais relevantes para a manutenção da integridade do ambiente, minimizando as disfunções ambientais e/ou os riscos para a saúde humana.</p> <p>Avaliar se a proposta do plano promove a ponderação das opções de desenvolvimento para a minimização ou mesmo a eliminação das potenciais disfunções ambientais e se é assegurada a proteção dos recursos água e solo.</p>	<p>Medidas relativas aos elementos expostos nas áreas de vulnerabilidade ambiental.</p> <p>Enquadramento de eventuais disfunções ambientais das explorações de recursos minerais.</p> <p>Qualidade das águas superficiais e subterrâneas.</p>
Qualificação e Ordenamento do Território	Modelos e padrões de povoamento	<p>Avaliar se a proposta do plano contribui para a contenção da dispersão urbana e para o reforço das centralidades, promovendo uma estruturação hierárquica que contribua para um maior equilíbrio territorial.</p> <p>Avaliar se a proposta do plano promove o equilíbrio entre os usos do solo e os valores intrínsecos do concelho. Assegurar a ponderação adequada das restrições ao uso do solo verificadas.</p>	<p>Grau de consolidação do solo urbano.</p> <p>Evolução das áreas de edificação dispersa.</p>

FCD	CRITÉRIO	OBJETIVOS	INDICADORES DE AVALIAÇÃO
	Níveis de infraestruturação e equipamentos de apoio	<p>Avaliar se as áreas urbanas são servidas pelos sistemas de infraestruturas básicas (água, drenagem de águas residuais, eletricidade e comunicações).</p> <p>Avaliar se a proposta de solo urbano ocorre em áreas já servidas por infraestruturas básicas.</p> <p>Avaliar se a proposta do plano garante a integração da estratégia municipal para a recolha e gestão dos Resíduos Sólidos Urbanos.</p>	<p>Áreas urbanas não servidas por sistemas de infraestruturas básicas (água, drenagem de águas residuais, eletricidade e comunicações).</p> <p>Qualidade da água para consumo humano.</p> <p>Áreas urbanas não servidas por recolha de Resíduos Sólidos Urbanos.</p> <p>Áreas urbanas não servidas por ETAR.</p> <p>Níveis de carência de equipamentos de apoio.</p>
	Requalificação do edificado e dos espaços urbanos	<p>Avaliar se a proposta do plano estabelece regras específicas ao nível da colmatção dos espaços urbanos que garantam a não descaracterização dos mesmos.</p> <p>Avaliar de que forma a proposta do plano contribui para contrariar o abandono e a degradação do parque edificado de determinados núcleos antigos, assim como a descaracterização de alguns conjuntos urbanos.</p>	<p>Área de espaços verdes em solo urbano.</p> <p>Grau de concretização das ações de planeamento no plano.</p> <p>Medidas de incentivo à recuperação do parque edificado.</p>
	Riscos naturais e tecnológicos	<p>Avaliar se a proposta do plano considera a distribuição espacial dos riscos naturais e tecnológicos em presença no território, salvaguardando a segurança de pessoas e bens e garantindo a adoção de medidas de mitigação dos respetivos efeitos.</p>	<p>Eventual aumento da área impermeabilizada em zonas de risco de cheia.</p>
Património e Identidade Cultural e Vitalidade Turística	Património cultural	<p>Avaliar de que forma a proposta do plano contribui para a qualificação e valorização do património cultural, tanto arquitetónico como arqueológico, assegurando a sua salvaguarda e proteção.</p>	<p>Medidas de proteção do património cultural, quer arquitetónico quer arqueológico.</p> <p>Atividades de promoção e valorização do património cultural em presença.</p> <p>Ações de recuperação e número de elementos patrimoniais requalificados.</p>

FCD	CRITÉRIO	OBJETIVOS	INDICADORES DE AVALIAÇÃO
	Identidade local	<p>Avaliar se a proposta do plano contribui para a promoção da tradição e da produção artesanal de qualidade (escultura, olaria, latoaria, tecelagem, sapataria, marcenaria, cestaria e cantaria).</p> <p>Avaliar se a proposta do plano concorre para a valorização da promoção de produtos agrícolas com qualidade e potencial competitivo, designadamente vinho e azeite.</p>	<p>Atividades de promoção e valorização da cultura e identidade locais.</p> <p>Diversidade da oferta cultural e de produtos turísticos distintivos do concelho.</p> <p>Produtos regionais produzidos no concelho, com denominação de origem protegida e indicação geográfica protegida.</p>
	Turismo	<p>Avaliar se a proposta do plano contribui para a promoção e valorização dos recursos turísticos, visando o aumento da atratividade turística do concelho de Mêda.</p> <p>Avaliar se a proposta do plano impulsiona as atividades turísticas através do aproveitamento dos recursos existentes, nomeadamente as nascentes e águas termominerais, a integração na Região Demarcada do Douro, Rede de Aldeias Históricas e Zona de Proteção Especial do Vale do Côa.</p>	<p>Aproveitamento dos recursos naturais existentes para a potenciação da atividade turística.</p> <p>Empreendimentos turísticos classificados.</p> <p>Intensidade turística (número de dormidas).</p> <p>Oferta de alojamento turístico.</p>
	Desenvolvimento rural	<p>Avaliar se a proposta do plano concorre para a promoção da atividade turística em espaço rural e a captação de produtos turísticos sustentáveis, ao mesmo tempo que se promove a proteção e a valorização da paisagem rural.</p> <p>Avaliar se a proposta do plano contribui para revitalizar as zonas rurais e se integra os objetivos e medidas coerentes com o reforço da competitividade das atividades produtivas associadas ao setor primário.</p>	<p>Empreendimentos turísticos de turismo rural.</p> <p>Número de empresas de promoção de atividades turísticas em espaço rural.</p> <p>Áreas e infraestruturas de recreio e lazer (incluindo percursos pedestres).</p>

### 3.3 SÍNTESE DA AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA

#### 3.3.1 FCD – REVITALIZAÇÃO E DIVERSIFICAÇÃO ECONÓMICA

O PDM de Mêda em vigor tem como objetivo “*preparar convenientemente os espaços onde as indústrias se irão instalar e incentivar empresários a investir no concelho*”, com a expectativa de garantir o **desenvolvimento económico** local.

A evolução do tecido empresarial do concelho, segundo dados do Instituto Nacional de Estatística -INE- (2019) revela que no ano de 2017 havia 787 empresas no concelho de Mêda, com uma diferença positiva de 358 empresas face ao ano de 2010 (constava 429 empresas). Esses dados revelam a procura por investidores ao município, o que acarreta a investimentos em áreas para o desenvolvimento empresarial e industrial adequadas pela administração pública.

O PDM em vigor de Mêda tem delimitado três espaços industriais destinados à instalação de indústrias, onde dois deles estão desocupados e sem infraestruturas, enquanto o espaço industrial localizado a oeste da cidade de Mêda, junto à Estrada Nacional 331, é o único efetivamente ocupado e infraestruturado, ainda que de forma parcial.

A revisão do PDM considera em sua proposta uma área total de 39,17 ha para a categoria de espaços de atividades económicas, determinando três unidades operativas de planeamento e gestão destinadas à atividade empresarial, nomeadamente, a UOPG 1 – Expansão da Área Empresarial de Mêda – Setor A; UOPG 2 – Expansão da Área Empresarial de Mêda – Setor B e UOPG3 – Zona Empresarial de Corgas, na qual pretende-se qualificar os espaços de atividades económicas existentes. As duas primeiras UOPG têm por objetivo a futura ampliação do espaço de atividades económicas já existente, já a outra tem por objetivo a futura criação de um espaço de atividades económicas no lugar de Corgas.

Relativamente ao número de empresas segundo a CAE-Rev. 3 existentes no concelho em 2016, dados do INE mostram que a agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca concentra mais da metade do número de empresas presentes no território concelhio (cerca de 57% que corresponde a 447 empresas), seguido pelas atividades de Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos (11,3% que corresponde a 89 empresas) e construção (6,5% que corresponde a 51 empresas).



Apesar de uma boa dinâmica empresarial no concelho, verifica-se que a localização periférica e interior do território tem voltado ao esquecimento no concelho face aos investimentos públicos e privados, o que tem contribuído para a persistência de fatores de estrangulamento ao desenvolvimento e diversificação do tecido económico e empresarial do concelho.

O município não abrange atualmente indústrias SEVESO, no entanto, com a existência da laboração das unidades industriais, identifica-se a presença de paióis permanentes de explosivos e um estabelecimento de armazenagem para artigos de pirotecnia no território concelhio. Diante disto, o Município terá de assegurar a manutenção das distâncias de segurança, quando procedem ao licenciamento, autorização ou aceitação de comunicação prévia de operações urbanísticas situadas nas zonas de perigosidade dos estabelecimentos, nomeadamente de vias de circulação, de locais de utilização pública e de zonas residenciais, que possam estar na origem de um acidente grave ou aumentar o risco da sua ocorrência ou de agravar as suas consequências (n.º 1 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 150/2015, de 5 de agosto).

A exploração/funcionamento das atividades abrangidas pelo regime de prevenção de acidentes graves, está condicionado à obtenção de uma licença ambiental, que por sua vez tem como uma das condições necessárias para a sua emissão, a prévia aprovação do relatório de segurança. Ainda no caso de procedimentos sujeitos a avaliação de impacte ambiental, a apreciação relativa à compatibilidade de localização, nomeadamente o pedido e o parecer, bem como a consulta pública, é feita em sede de avaliação de impacte ambiental.

Posto isto, verifica-se assegurada a correta localização das zonas empresariais face às infraestruturas rodoviárias, e a prevenção e redução dos riscos tecnológicos associados às atividades presentes nestes espaços.

Relativo as atividades agrícolas, o concelho de Mêda que é tradicionalmente agrícola, tem registado a perda progressiva da população afeta às atividades agrícolas, como aliás sucede em toda a região e país. Em 20 anos (1991-2011), registou-se uma significativa redução da população afeta a este setor, que passou de 50,7%, em 1991, para 16,7%, em 2011, sobretudo a favor das atividades terciárias.

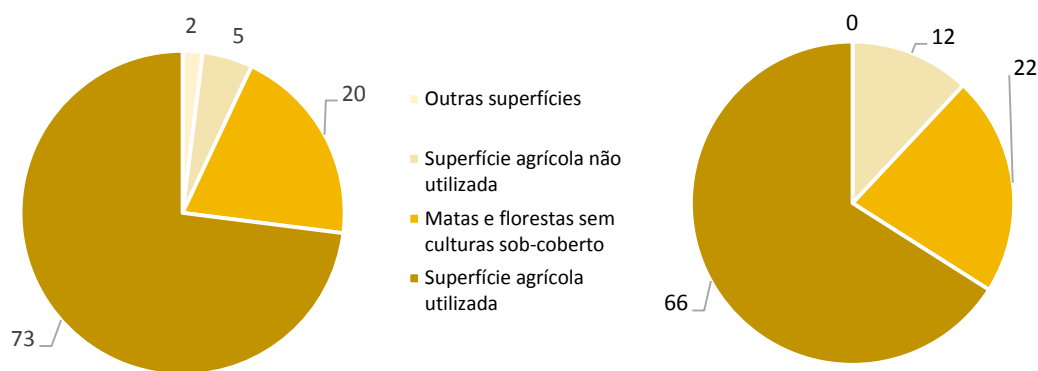
Em 2009 (data do último recenseamento agrícola), a população agrícola era composta por 3.140 indivíduos, metade dos quais eram os produtores, sendo os cônjuges outra parcela significativa da composição, sendo a formação profissional agrícola resultante exclusivamente

da prática. À semelhança do que acontecia em 1999, o nível de instrução da população familiar do produtor agrícola é bastante baixa, sendo que 49,6% apenas detém o 1º ciclo do ensino básico, e 18% não possui qualquer nível de ensino. Tal deriva de uma população que se mantém bastante envelhecida, na medida em que 42% do universo tem mais de 65 anos.

A diminuição, o envelhecimento e a baixa qualificação da população afeta às atividades agrícolas e reflete-se no aumento da superfície agrícola não utilizada entre 1999 e 2009 (Gráfico 1 e Gráfico 2).

Gráfico 1 | Utilização das terras (%), em 1999

Gráfico 2 | Utilização das terras (%), em 2009



Fonte: Estudos de Análise e Diagnóstico, Câmara Municipal de Mêda, 2017.

A composição da superfície agrícola utilizada (SAU) é composta por 58% de culturas permanentes, sendo a principal produção agrícola a vinicultura, donde o concelho de Mêda se beneficia da inclusão de parte do seu território na Região Demarcada do Douro e também na Região Vitivinícola da Beira Interior (sub-região de Pinhel).

Outro indicador importante é do número de explorações no concelho, demonstrando que 1.157 explorações são cultivam oliva, seguido por 1.135 explorações de cultivos de vinha e 577 explorações de frutos de casca rija. Os produtos resultantes deste tipo de culturas, como o azeite, o vinho e a amêndoa, são produtos de qualidade reconhecida.

A produção animal tem relevância no concelho, sobretudo a que respeita às aves, uma vez que este efetivo animal representa 30% do total da sub-região das Beiras e Serra da Estrela, seguido do efetivo de ovino que também é um dos produtos de qualidade reconhecida produzidos no concelho de Mêda.

A proposta de revisão do PDM de Mêda visa desenvolver as **atividades económicas em espaço rural**, revitalizando e dinamizando o setor rural, assim a proposta de plano define e delimita espaços agrícolas e espaços florestas, estabelecendo normas para utilização das áreas.

Os espaços agrícolas correspondem a uma área de 12.950,83 ha e são manchas contínuas que apresentam maiores potencialidades para a exploração e a produção agrícola e pecuária, que constituem os seus usos dominantes, tendo ainda como função contribuir para a manutenção do equilíbrio ambiental do território. São estabelecidos como usos complementares os usos silvopastoris e florestais; a construção e utilização de edifícios de apoio direto e exclusivo a atividades agrícolas, pecuárias ou florestais; e os empreendimentos de turismo em espaço rural e de turismo de habitação, com exceção dos hotéis rurais.

Nesta categoria integra-se a totalidade das áreas afetadas à RAN, que com o processo da 1.ª revisão do PDM de Mêda, foi efetuada a revisão da RAN, pelo que foi proposto a conter uma área de 2.479,83 ha, após as exclusões, representando uma diminuição de 0,65% face à RAN Bruta Atual. Verificou-se um total de 30 áreas para pedidos de exclusão por razão de ordenamento, totalizando 16 ha, e que correspondiam, maioritariamente, a espaços afetados ao solo urbano.

No que concerne aos espaços florestais, estes integram as áreas do território concelhio particularmente vocacionadas para os usos florestais, que constituem os seus usos dominantes, englobando as áreas atualmente submetidas ao regime florestal, e destinam-se, para além da sua função de preservação do equilíbrio ecológico e de valorização paisagística, a promover a produção florestal e as atividades associadas a esta, e está enquadrada de acordo com o previsto pelo PROF-BIN.

Neste seguimento, é importante gerar condições necessárias para o desenvolvimento económico criado a partir dos recursos endógenos, como por exemplo o desenvolvimento do setor florestal ou o desenvolvimento do setor energético através da exploração das energias renováveis. É igualmente importante conseguir o aumento do rendimento das atividades agrícolas, pecuária e silvícolas, através da modernização dos processos produtivos, visando o desenvolvimento das explorações viáveis com salvaguarda da qualidade ambiental. Desta forma, a produção dos produtos com Denominação de Origem Protegida (Amêndoa Douro, Queijo Terrincho, Borrego Terrincho e Azeites da Beira Interior) e produtos com Indicação Geográfica Protegida (Cabrito da Beira e Borrego da Beira), deverão ser a base económica do concelho.

A partir deste desenvolvimento local deverão criar-se condições para a promoção de sinergias entre o setor produtivo (primário) e transformador (secundário), numa visão de fomento de uma economia circular com base nos recursos endógenos.

Em termos de investimento no setor agrícola, das várias medidas do Programa de Desenvolvimento Rural (PRODER), geridas pela DRAPC, entre 2008 e 2014, foram aprovados 109 projetos, no valor de 18.630.540,71 euros, distribuídos pelas seguintes ações:

Quadro 3 | Projetos aprovados no âmbito das medidas do PRODER entre 2008 e 2014

AÇÃO	Nº DE PROJETOS	INVESTIMENTO
Modernização e Capacitação das Empresas	10	8.400.093,36
Investimentos de Pequena Dimensão	61	2.911.907,54
Instalação de Jovens Agricultores	13	1.908.891,33
Conservação e Melhoramento de Recursos Genéticos – Componente Animal	1	109.040,00
Defesa da Floresta Contra Incêndios	13	1.056.969,79
Promoção do Valor Ambiental dos Espaços Florestais	11	4.243.638,69
<b>Total</b>	<b>109</b>	<b>18.630.540,71</b>

Fonte: DRAPC.

No que respeita às medidas do PDR2020, também geridas pela DRAPC, até 2016, foram aprovados 57 projetos, no valor de 4.093.106,91 euros, dos quais 3.124.980,89 euros são elegíveis. Importa ainda referir que irão receber um apoio ao investimento num total de 1.635.350,22 euros e também um prémio para jovens agricultores no valor de 181.250,00 euros.

Os esforços em investimentos na área de desenvolvimento rural mostram que o município tem procurado alternativas para melhorar a qualificação da população rural, investindo nos jovens agricultores, apoiando o empreendedorismo e diversificando a economia local.

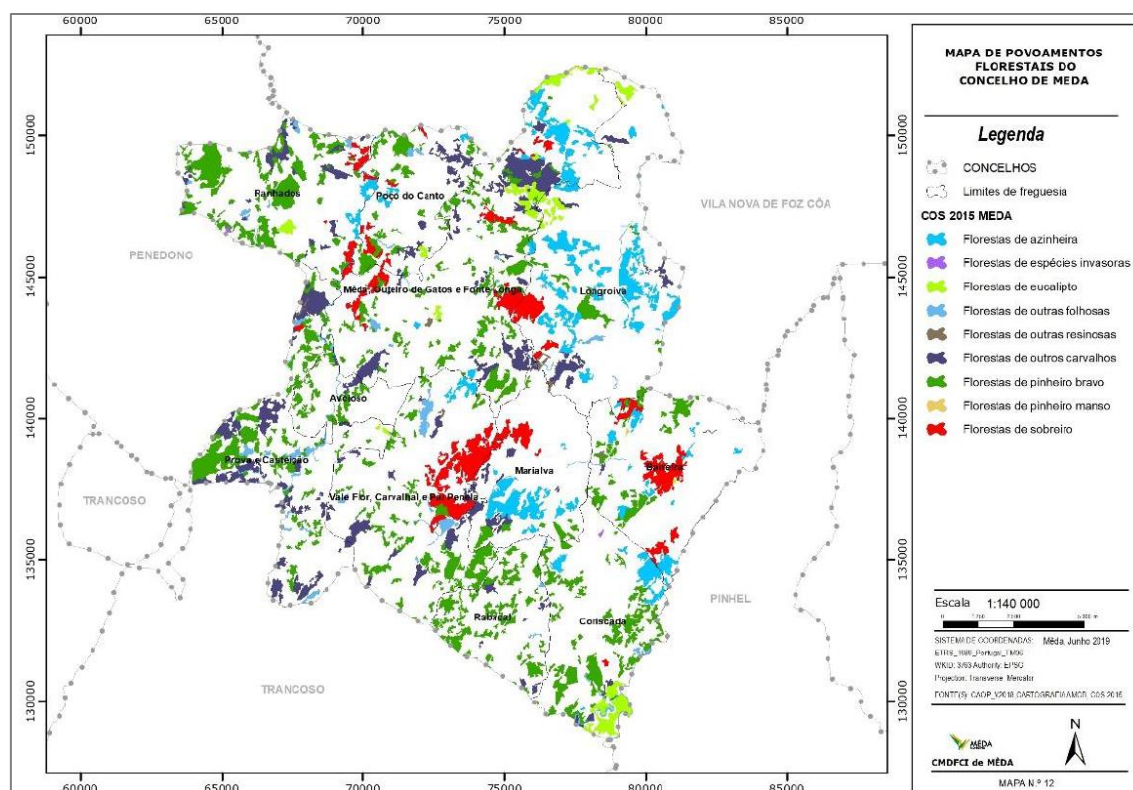
### 3.3.2 FCD – PROTEÇÃO E VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO AMBIENTAL E RECURSOS NATURAIS

De acordo com a carta de **uso e ocupação do solo** de 2018 (COS 2018), o concelho de Mêda é ocupado maioritariamente por florestas e matos, abrangendo no seu conjunto uma área de 15.735 hectares (55% do território concelhio). Dentro dos espaços florestais, predominam as

florestas de pinheiro bravo que ocupam cerca 40% do total, seguindo-se as florestas de azinheira e outros carvalhos, que representam no universo dos espaços florestais 17% e 19% respetivamente. Daqui destaca-se o aspeto positivo, que as florestas de eucalipto, representam no território concelhio apenas 1%, contrariando a tendência nacional.

Os **povoamentos florestais** de acordo com o Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI) de Mêda, são no sul do concelho onde existem áreas com povoamentos de pinheiro bravo de qualidade na freguesia de Coriscada. Nos últimos anos, fruto das alterações quer provocadas pelos incêndios, quer pelo homem tem vindo a aumentar consideravelmente a área de sobreiro. Além do maciço existente em Vale Flor e Mêda começa a desenvolver-se nas freguesias do oeste estando a ocupar o lugar de pinhais que desapareceram com o fogo. Ainda no oeste do concelho, o carvalho negral está a conquistar o seu espaço e a desenvolver-se em vastas áreas configurando já algumas áreas com bastante interesse económico.

Mapa 2 | Povoamentos florestais do concelho de Mêda



Fonte: Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios 2020-2029 – Caderno I, Município de Mêda, 2019.

Relativamente aos **instrumentos de planeamento florestal**, existe no concelho uma área com plano de gestão florestal, o Baldio de Alcarva, situado na freguesia de Ranhados. Com

uma área de 101,88 hectares, e está submetido ao **regime florestal parcial** e inserido no Perímetro Florestal de Penedono.

Diante da realidade florestal do concelho de Mêda, no sentido de compatibilizar a proposta do plano com o Programa Regional de Ordenamento Florestal (PROF), foram estabelecidos os seguintes espaços florestais de:

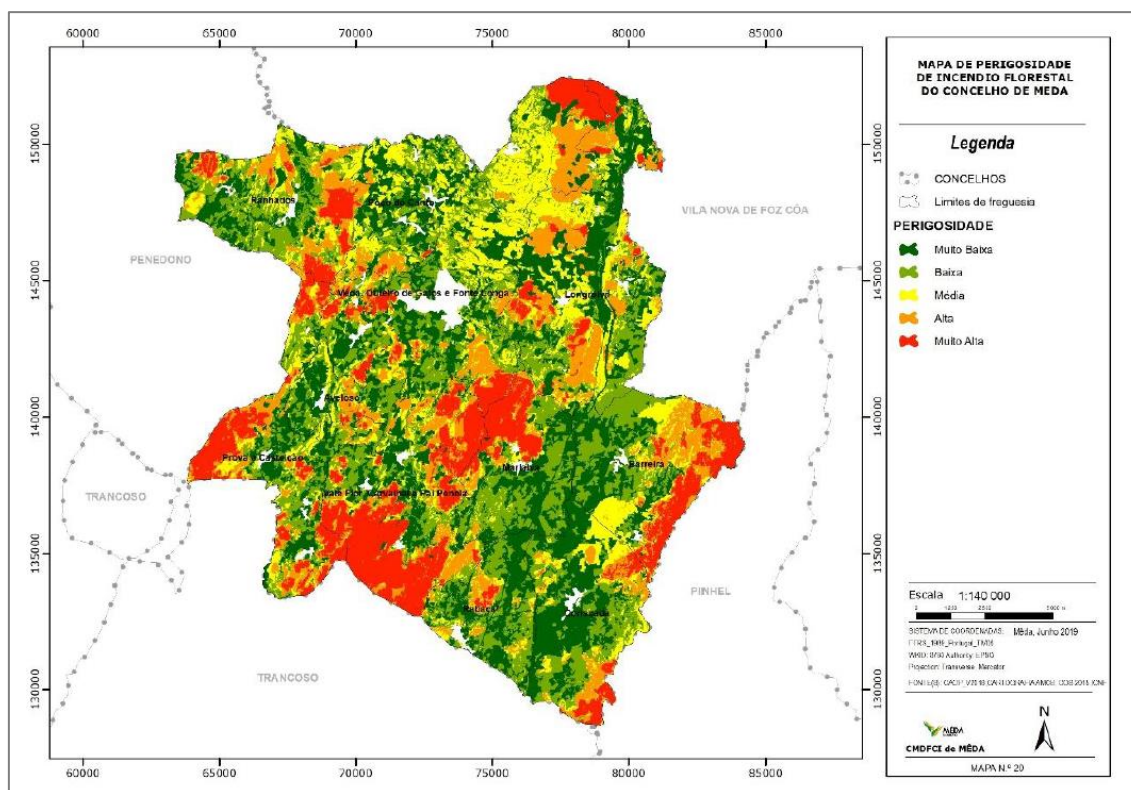
- ✦ Produção: que correspondem às áreas de uso ou vocação florestal, destinando-se ao aproveitamento do potencial produtivo, incluindo o Perímetro Florestal de Penedono com incidência no concelho de Mêda;
- ✦ Proteção: que correspondem às áreas florestais com declives acentuados, nomeadamente iguais ou maiores que 50% de inclinação.
- ✦ Conservação: que correspondem às áreas voltadas para a manutenção da diversidade biológica e genética e de geomonumentos, nomeadamente a totalidade do perímetro da Rede Natura 2000, PTZPE0039 Vale do Côa, inserido no concelho de Mêda.
- ✦ Espaços mistos de uso silvícola: que correspondem aos espaços florestais essenciais para o desenvolvimento da silvopastorícia, da caça e da pesca em águas interiores.

Na análise dos recursos florestais, o **risco de incêndio rural** é considerado um dos grandes entraves à produtividade, sustentabilidade e investimento na floresta, sendo importante a definição de ações concretas de diagnóstico das situações locais seguidas de ações de planeamento e implementação de medidas concretas e efetivas de prevenção e combate aos incêndios rurais.

As áreas de perigosidade e alta e muito alta do território do concelho correspondem, em conjunto, a quase um 1/3 da área total do concelho. Estas correspondem genericamente a áreas com maiores declives e com presença de modelos de combustível mais perigosos, o que faz com que a perigosidade de ocorrência de um incêndio rural seja muito elevada (Mapa 3).



Mapa 3 | Perigosidade de incêndios florestais



Fonte: Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios 2020-2029 – Caderno I, Município de Mêda, 2019.

Ao longo dos últimos anos tem-se verificado uma diminuição do número de ocorrências de áreas ardidas no concelho de Mêda. Segundo o PMDFCI de Mêda (2019), em uma análise entre 2010 e 2018, verificou-se que a partir do ano de 2012 foi registado uma redução na média de mais de 100 ocorrências por ano para valores abaixo de 50, sendo que no ano 2018 foram registadas apenas 37 ocorrências. Com o registo de ocorrências e sua distribuição, verificou-se a necessidade de salvaguardar áreas como do setor este (freguesia de Barreira) onde se localiza a Zona de Proteção Especial (ZPE) Vale do Côa (PTZPE0039).

A proposta do plano de revisão do PDM de Mêda considera o risco de incêndio rural com o estabelecimento de condicionantes nas áreas com perigosidade alta e muito alta de incêndio rural e povoamento florestais percorridos por incêndios. A proposta do plano apresenta na planta de condicionantes, as condicionantes aplicáveis sobre esta temática, assim como estabelece em termos regulamentares, regras que interditem a edificação nas classes alta e muito alta de perigosidade, a não ser que esta seja precedida de intervenções no terreno que garantam a respetiva redução de perigosidade.

A proposta de revisão do PDM apresenta na planta de condicionantes as áreas percorridas por incêndios nos últimos 10 anos, assim como na delimitação das áreas edificáveis teve-se por preceito a análise dos casos de conflitos entre as áreas ardidas entre 2010 e 2018, com as áreas de expansão de solo urbano. Deste exercício resultou apenas um caso de conflito, que corresponde a espaços não ocupados por povoamentos florestais, mas sim por vegetação espontânea nas proximidades de habitações.

Na prevenção do risco de incêndio rural, é necessário referir a delimitação das faixas de gestão de combustível (FGC), estabelecidas no PMDFCI, que devem ser cumpridas e executadas ao longo do período de execução previsto.

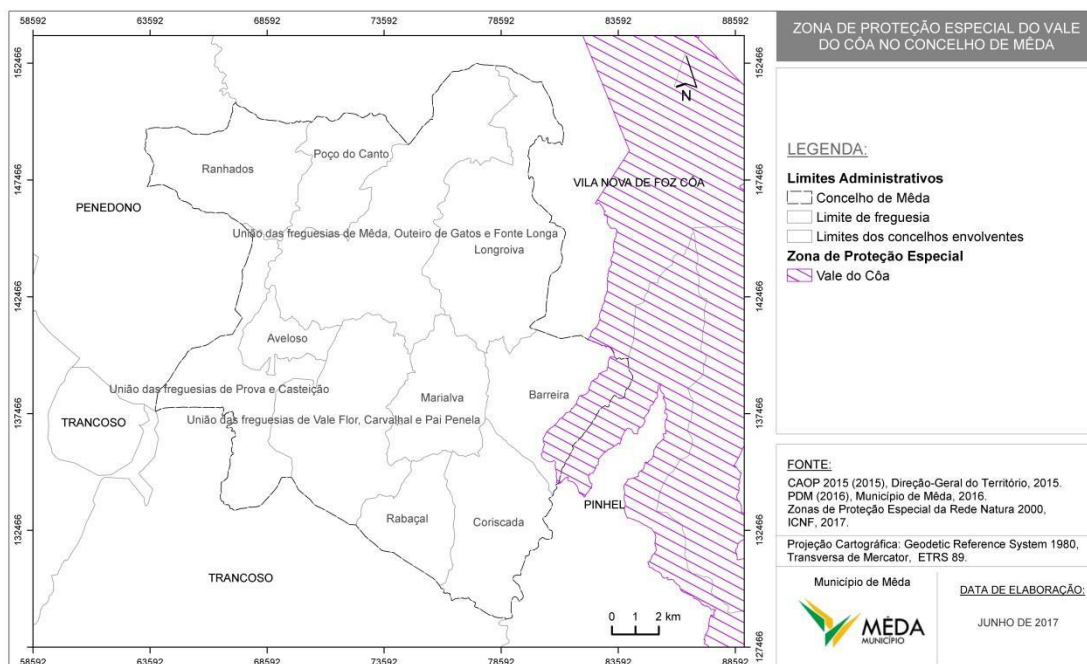
Passando a análise para proteção, recuperação e valorização das áreas de **interesse paisagístico** e biofísico, o concelho conta com excelentes vistas panorâmicas, permitindo usufruir sua beleza paisagística, destacando-se a vista de Longroiva para o vale da ribeira da Centieira; as estradas de interesse paisagístico que proporcionam vistas panorâmicas, como o Caminho Municipal 1009 (zona de quintas com paisagens agrárias); além de conter linhas de água com galerias ripícolas bem desenvolvidas e que podem ter um forte potencial recreativo, como é o caso da ribeira da Teja e a ribeira de Massueime.

O município tem vindo ao longo dos anos a criar condições para a proteção e valorização dos percursos de interpretação paisagística, através da publicação de guias, investir na sinalização e limpeza dos percursos. Esta promoção irá beneficiar o turismo do concelho, com a atração de visitantes e consequentemente incentivar a economia local, através da pernoita nos estabelecimentos e alojamentos turísticos e consumo de produtos regionais.

Em termos de recursos naturais o concelho de Mêda abrange o **património natural** da ZPE Vale do Côa (PTZPE0039), que integra a Rede Natura 2000, localizado numa pequena parte da freguesia de Barreira (458 hectares), sendo uma zona que deve ser salvaguardada de riscos de incêndios rurais.



Mapa 4 | Enquadramento da ZPE Vale do Côa no concelho de Mêda



A proposta de revisão do PDM de Mêda com o intuito de salvaguardar os recursos naturais, define a classe de espaços naturais e paisagísticos, que integra as áreas do território que constituem o seu património natural mais sensível nos aspetos ecológico, paisagístico e ambiental, e que não tenham sido abrangidas, em função do seu uso dominante, nas categorias de espaços agrícolas ou de espaços florestais, compreendendo nomeadamente:

- ✦ Os cursos de água integrantes da Reserva Ecológica Nacional;
- ✦ As galerias ripícolas;
- ✦ As albufeiras da Teja e de Ranhados.

São admitidos nestes espaços como usos compatíveis as utilizações e ocupações do solo e atividades que sejam consideradas preexistências; as ações autorizadas para espaços integrados na REN; a instalação de áreas de recreio e lazer para atividades ao ar livre; a inclusão em áreas verdes de proteção e enquadramento complementares a instalação de empreendimentos turísticos ou empreendimentos que tenham carácter estratégico e ainda a exploração de recursos geológicos, em situações excecionais de interesse estratégico para o desenvolvimento regional ou nacional reconhecido pelas entidades competentes para o efeito.

Em relação à RN2000, foi realizada a adequação através da transposição dos seus limites PTZPE0039 Vale do Côa à escala do plano (1:10 000), identificada no Regulamento do PDM e na Planta de Ordenamento com a qualificação do solo adequada à concretização das medidas de conservação dos valores naturais e das espécies existentes no concelho.

Importa destacar que com o início do processo de revisão do PDM, procedeu-se, igualmente, à revisão da REN, elaborada de acordo com o disposto no Decreto-Lei n.º 166/2008, de 22 de agosto, na sua redação atual.

Com o decorrer do processo de revisão do plano foram identificadas áreas com necessidade de exclusão da REN, o qual traduz-se em 13 propostas de exclusão, cerca de 15,34 hectares, efetuadas em áreas efetivamente já comprometidas (C.) e áreas para satisfação de carências existentes (E.) que são apresentadas às entidades para a sua avaliação. Desta forma, a REN Final ficará com uma área de 8.082 ha, correspondentes a 28% da área do concelho de Mêda.

A Estrutura Ecológica Municipal (EEM) não abrangida no PDM atual de Mêda, foi contemplada na revisão deste, onde desdobra-se em dois níveis: Estrutura Ecológica Fundamental (abrange os valores fundamentais ao suporte do sistema ecológico e cuja preservação é fundamental para o funcionamento sustentável do território) e a Estrutura Ecológica Complementar (é constituída por valores ecológicos do concelho de Mêda que não foram incluídos na estrutura ecológica fundamental).

No que concerne aos **recursos geológicos**, estão em presença no concelho de Mêda duas pedreiras em exploração e uma mina de urânio (radioativa), atualmente desativada. Também é registado a exploração de água mineral natural em atividade, denominada HM0000053 “Longroiva” (Portaria n.º 1360/2006, de 04 de dezembro), a qual está fixado perímetro de proteção.

Em termos à exploração de recursos geológicos, a revisão do PDM de Mêda integra um conjunto de espaços destinados à exploração de recursos geológicos e atividades complementares, a desenvolver em conformidade com o regime de concessão ou licença de exploração juridicamente válida. Esta categoria, delimitada na Planta de Ordenamento I abrange áreas afetas à exploração de massas e depósitos minerais (pedreiras) licenciadas e ativas, nomeadamente, Vila Devesa Turismo de Marialva, LDA, exploração de areia comum, freguesia de Marialva e Pedreira Moinho dos Ventos, exploração de areia comum, freguesia de Outeiro de Gatos.

Nesta categoria, apenas são permitidos como uso complementar as instalações e construções que se destinem a apoio direto à exploração dos referidos recursos e ainda, como usos compatíveis, as destinadas à instalação de indústrias de transformação dos produtos da exploração.

No que diz respeito à exploração de recursos energéticos, existe um parque eólico na localidade de Alcarva, a noroeste do concelho, dentro do Perímetro Florestal de Penedono. As turbinas fazem parte do sub parque de Ranhados sob o processo de n.º 1069 (DGEG). Por não possuir uma área formalmente delimitada para uso exclusivo, o parque eólico não consta representado na categoria de espaços de exploração de recursos energéticos e geológicos.

Por fim, importa analisar a **qualidade ambiental** do concelho. Efetivamente, Mêda não está sujeito a expressivas disfunções ambientais, já que as explorações agropecuárias instaladas são de reduzida dimensão e dispersas, e a área mineira de Mortórios tendo passado por uma empreitada de recuperação ambiental com início no ano de 2019.

No que respeita à **qualidade da água** e de acordo com o PMEPC, a qualidade da água superficial no concelho de Mêda é tendencialmente “B- Boa”. A proposta de revisão do PDM garante a sua salvaguarda na medida que define em termos regulamentares que estão interditas a criação ou a manutenção de focos de potencial poluição bacteriana, nomeadamente coletores de saneamento ou fossas sépticas, e o despejo de resíduos ou entulhos nas áreas compreendidas num círculo com 50 m de raio centrado nas nascentes de água utilizadas para abastecimento público que não estejam abrangidas por disciplina de proteção legalmente estabelecida.

Em termos de ruído, a observação do Mapa de Ruído de Mêda, permite desde já concluir que o tráfego rodoviário constitui a fonte de Ruído Particular mais relevante a nível concelhio. Entre as rodovias que atravessam o concelho destaca-se o IP2, cujo tráfego médio horário anual é o mais elevado, sendo a principal fonte de ruído do concelho, em que, ao longo da sua faixa, existe, ultrapassagem dos limites impostos para zonas mistas até 25 metros para o indicador  $L_n$  ( $> 55$  dB(A)) e para o indicador  $L_{den}$  ( $> 65$  dB(A)). Em locais mais afastadas das principais fontes de ruído (nomeadamente o IP2), verifica-se que o ambiente sonoro é de uma forma geral calmo, estando praticamente todo o concelho abaixo dos limites impostos para zonas sensíveis.

Na proposta de revisão do PDM de Mêda o zoneamento acústico vem representado na Planta de Ordenamento II, o qual estabeleceu a classificação acústica, sendo que as zonas mistas correspondem ao perímetro urbano proposto, com exceção, dos espaços de atividades económicas, pois as categorias apresentam na generalidade usos diversos e não exclusivamente habitacional. Incluem-se ainda, as áreas onde é permitida edificação em solo rústico, nomeadamente os aglomerados rurais propostos.

Na sequência da delimitação das zonas mistas, e da sua sobreexposição ao Mapa de Ruído, foram igualmente identificadas as zonas de conflito acústico (também representadas na Planta de Ordenamento II). Estas zonas de conflito estão presentes na sede do concelho, maioritariamente ao longo da Av. Gago Coutinho e Sacadura Cabral, e de forma menos expressiva nas proximidades com as Estradas Nacionais que circundam o aglomerado. Nos aglomerados rurais apenas aparecem pontos de conflito no aglomerado de Laje Bonita, mas de forma residual.

### 3.3.3 FCD – QUALIFICAÇÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

O relevo do concelho de Mêda influencia a distribuição do povoamento pelo território. Assim, as freguesias de maior densidade são as que se localizam na área central/norte do concelho, onde a topografia facilitou a instalação das populações, tanto por razões culturais, como pela existência de terrenos férteis, localizados na proximidade de importantes linhas de águas (ribeira da Teja), e base da sua subsistência.

A repulsão populacional e o envelhecimento demográfico, com efeitos diretos na diminuição da taxa de natalidade e no aumento da taxa de mortalidade, induzidos pela interioridade do concelho, são os aspetos que marcam a demografia deste concelho. Efetivamente, Mêda, entre 1950 e 2011, perdeu, aproximadamente, 8.485 pessoas (de 13.697 habitantes, em 1950, passou para 5.202, em 2011). A análise à escala intraconcelhia permite verificar que o decréscimo populacional tem sido progressivo à totalidade das freguesias, sendo a União das freguesias de Mêda, Outeiro de Gatos e Fonte Longa, a que apresenta um ritmo menor de despovoamento.

A população do concelho distribui-se atualmente por 32 aglomerados, sendo que a cidade de Mêda concentrava, em 2011, cerca de 38% da população.

A aplicação da revisão do PDM de Mêda pretende implantar um modelo de organização espacial do concelho através da estruturação urbana do concelho, na qual pode ser distribuído de forma funcional em três níveis, nomeadamente:

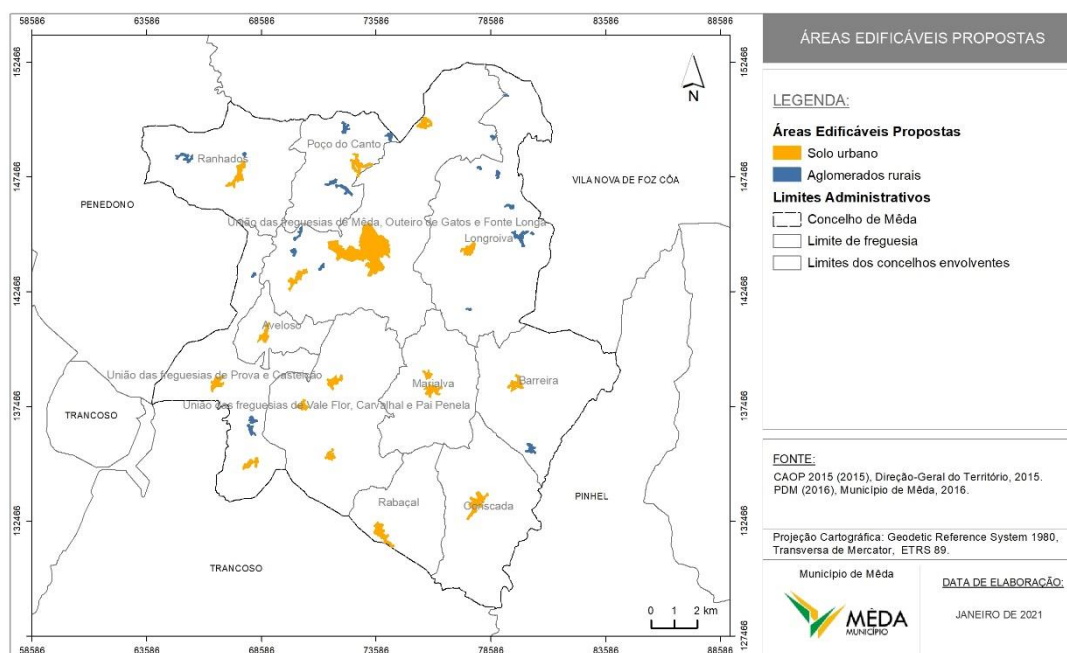
- ✧ Nível 1 – Cidade de Mêda: refere-se a parte central de Mêda se destacando pela densidade de ocupação do território, concentração de equipamentos coletivos públicos (administrativos, desportivos, sociais, culturais e de prevenção e segurança pública), assim como de comércio e serviços privados.
- ✧ Nível 2 – Restantes aglomerados urbanos: corresponde aos aglomerados urbanos que constituem o concelho de Mêda, que possuem uma dimensão espacial e demográfica com reduzida dinâmica funcional, constituindo pequenos núcleos de influência meramente local. Pretende-se que sejam dotados equitativamente com as condições necessárias à melhor qualidade de vida da população.
- ✧ Nível 3 – Aglomerados rurais: Estes correspondem a áreas edificadas de matriz rural, geralmente concentradas e isoladas rodeadas de áreas agrícolas ou periféricas relativamente aos aglomerados urbanos, que apresentam características rústicas bem preservadas, possuindo ainda papel fundamental no de suporte à atividade produtiva típica da paisagem rural.

O perímetro urbano em vigor no concelho de Mêda ocupa uma área de 954,73 ha, onde à União das freguesias de Mêda, Outeiro de Gatos e Fonte Longa (inclui a sede de concelho) possui a maior proporção de solo urbano (40,66%), ao contrário, a freguesia de Marialva apresenta a menor proporção de solo urbano (4,12%).

Assim, a classificação do solo do concelho de Mêda da revisão do PDM originou da identificação da situação urbanística do território, visando ressaltar as características de solo urbano e solo rústico, a fim de conter a expansão do solo urbano, tendo em consideração critérios de economia dos recursos territoriais e de rentabilização das infraestruturas.

A proposta de solo urbano apresentado no Mapa 5, contempla as categorias de solo urbano e aglomerados rurais no concelho de Mêda. A área edificável (solo urbano e aglomerados rurais) da presente proposta corresponde a um total de 660 ha, dos quais 549 ha dizem respeito às áreas de solo urbano e 111 ha correspondem ao total de aglomerados rurais.

Mapa 5 | Áreas edificáveis propostas, para o concelho de Mêda



A área edificável que agora se propõe representa um decréscimo de 27% face à área prevista no PDM em vigor (-249 ha), sendo que a maioria dos aglomerados que até então eram considerados como urbanos deixaram de o ser, passando assim a serem integrados no solo rústico na categoria de aglomerados rurais, ficando apenas a ser considerados como aglomerados urbanos a sede do concelho e as sedes das 16 antigas freguesias de Mêda (Quadro 4).

Quadro 4 | Área edificável proposta na revisão do PDM de Mêda

FREGUESIA	AGLOMERADO	VIGOR (HA)	PROPOSTA (HA)		VARIAÇÃO (%)
			Solo Urbano	Aglomerados Rurais	
<b>Aveloso</b>	Aveloso	25,57	16,58	-	-35,16
<b>Barreira</b>	Barreira	23,11	17,92	-	-22,46
	Gateira	17,15	-	9,7	-43,44
<b>Coriscada</b>	Coriscada	39,4	33,8	-	-15,23
<b>Longroiva</b>	Longroiva	22,16	17,58	-	-20,67
	Pestana	5,72	-	3,47	-39,34
	Carrascais	-	-	1,1	-
	Quinta do Poleiro	2,05	-	1,32	-35,61
	Quintas	5,6	-	4,26	-23,93
	Relva	14,26	-	15,86	11,22
	Vale de Pereiro	-	-	1,98	-
<b>Marialva</b>	Marialva	39,32	26,07	-	-33,70
<b>Poço do Canto</b>	Cancelos	22,37	-	14,65	-34,51

FREGUESIA	AGLOMERADO	VIGOR (HA)	PROPOSTA (HA)		VARIACÃO (%)
			Solo Urbano	Aglomerados Rurais	
	Poço do Canto	30,91	24,75	-	-19,93
	Sequeiros	6,92	-	6,34	-8,38
	Vale do Porco	7,87	-	8,13	3,30
<b>Rabaçal</b>	Rabaçal	45	29,15	-	-35,22
<b>Ranhados</b>	Alcarva	17,07	-	10,48	-38,61
	Ranhados	45,46	27,3	-	-39,95
			-	2,02	-95,56
<b>União das freguesias de Mêda, Outeiro de Gato e Fonte Longa</b>	Areola	12,9	-	5,72	-55,66
	Cornalheira	3,09	-	2,81	-9,06
	Enxameira	7,39	-	4,99	-32,48
	Fonte Longa	21,61	17,12	-	-20,78
	Laje Bonita	6,91	-	3,03	-56,15
	Mêda	294,65	247,49	-	-16,01
	Outeiro de Gato	22,75	21,3	-	-6,37
<b>União das freguesias de Prova e Casteição</b>	Casteição	31,04	14,01	-	-54,86
	Chãos	26,61	-	13,37	-49,76
	Prova	29	18,38	-	-36,62
	Sapateira	1,86	-	2,56	37,63
<b>União das freguesias de Vale Flor, Carvalhal e Pai Penela</b>	Carvalhal	20,6	9,8	-	-52,43
	Pai Penela	28,46	11,01	-	-61,31
	Vale Flor	33,11	17,25	-	-47,90
<b>Total</b>		<b>909,92</b>	<b>549,51</b>	<b>111,79</b>	<b>27%</b>

Referente a área de edificação dispersa que atualmente foram contabilizados um conjunto de pequenos núcleos com apenas 46,33 ha, ressalva-se o facto de não terem sido alvo de propostas, o que permitirá conter a fragmentação e dispersão urbana e, ao mesmo tempo, ter zonas de desenvolvimento a fim de contribuir para o desenvolvimento urbano do concelho de maneira ordenada e estratégica.

Analisando o edificado habitacional de Mêda, este caracteriza-se, de modo geral, por moradias unifamiliares implantadas em lotes de pequenas dimensões, o que dificulta o processo de requalificação dos núcleos originais, na medida em que não possuem áreas compatíveis com as necessidades atuais. Referente a dinâmica construtiva do concelho, no seu cômputo geral é pouco relevante e concentra-se principalmente na sede de concelho, registando uma dinâmica com grandes oscilações.



A diminuição populacional verificada ao longo das últimas décadas no concelho tem impulsionado a degradação dos núcleos mais antigos. Neste sentido, é necessário implementar medidas que permitam inverter esta tendência, promovendo a recuperação destes imóveis e dos núcleos, visando evitar o abandono das zonas antigas e a redução da ocupação nas áreas periféricas.

Considera-se que a proposta de revisão do PDM de Mêda teve em consideração a qualificação do espaço público, através da transposição da ARU do Centro Histórico de Mêda, que tem como principal objetivo revitalizar e melhorar o seu nível de infraestruturação e a sua qualidade urbanística, através de incentivos aos proprietários. Assim como na definição da categoria de espaços verdes, que se revelam de especial importância, pois além de desempenharem um papel basilar na manutenção do equilíbrio ecológico e ambiental, constituem um sistema fundamental na vivência urbana, no recreio e lazer da população, desempenhando um papel preponderante para a educação ambiental. Estes espaços devem, portanto, estar presentes no meio urbano de forma contínua, permitindo assim um *continuum naturale* e proporcionando diversas funções, não só como recreio e lazer, mas também como o enquadramento de infraestruturas e edifícios.

Atualmente os espaços verdes ocorrem no interior dos perímetros urbanos de Mêda, Casteijão, Poço do Canto, Prova, Ranhados e Vale Flor, e correspondem a espaços onde se pretende, na maior parte das situações, a criação de espaços públicos de recreio de âmbito local ou a salvaguarda das condições hidrológicas. Neste âmbito de melhorar os espaços públicos, a proposta do plano para o concelho de Mêda inclui três áreas para a concretização de parques públicos (43 ha), localizadas na sede do concelho, sendo duas áreas destinadas, por meio de UOPG.

Passando a análise para as infraestruturas, o concelho de Mêda tem promovido esforços para suprir as necessidades da população quanto ao ter acesso às infraestruturas básicas, contudo está ciente quanto as debilidades ainda existentes no que se refere ao acesso da população residente à rede de abastecimento de água e de tratamento de águas residuais e por fim uma maior cobertura de comunicação por rede móvel no concelho.

Na proposta da revisão do PDM de Mêda encontra-se prevista a construção/alargamento, das redes de abastecimento de água e de drenagem de águas residuais para a totalidade dos núcleos populacionais propostos.



O objetivo é de que as principais intervenções ao nível do abastecimento da água ocorram para complementar a rede de abastecimento de água de forma a incluir todo o perímetro urbano proposto, sendo que essencialmente correspondem a áreas cuja programação do solo está previsto, através de UOPG ou unidades de execução, assim como dotar das vias propostas de infraestruturas urbanas.

No que se refere a infraestrutura de drenagem e tratamento de águas residuais, ainda se verifica no concelho alguns aglomerados populacionais que não são servidos. As principais intervenções passam por complementar a rede de drenagem de águas residuais de forma a abranger todo o perímetro urbano proposto, especificamente os aglomerados na qual a rede ainda não se encontra implementada. Assim, como ocorre no abastecimento de água, está também previsto a construção da rede nas áreas cuja programação do solo está previsto, através de UOPG ou unidades de execução, assim como dotar das vias propostas de infraestruturas urbanas.

Com estas intervenções, contempladas com as normais obras de remodelação, requalificação ou substituição pontual de infraestruturas, pode-se concluir que o concelho de Mêda terá um nível de serviço bastante satisfatório no que respeita ao abastecimento de água e drenagem de águas residuais dos seus aglomerados populacionais, considerando que cumprirá as metas e objetivos do PENSAAR 2020.

No que concerne ao sistema de recolha dos resíduos sólidos urbanos (RSU), este abrange toda a população do concelho de Mêda. Atualmente a entidade responsável pelo sistema multimunicipal de RSU (recolha seletiva) é a RESIESTRELA, que integra, no concelho de Mêda um ecocentro. A recolha indiferenciada de resíduos sólidos é da responsabilidade da Câmara Municipal de Mêda, abrangendo a generalidade dos aglomerados do concelho.

Para além das intervenções previstas ao nível das infraestruturas, encontram-se ainda previstas um conjunto de intervenções:

- ✦ Criação de um centro de recolha, triagem e valorização de resíduos da construção e demolição;
- ✦ Colocação de ilhas ecológicas para RSU;
- ✦ Criação de um centro de compostagem Municipal;
- ✦ Reabilitação dos sistemas de água e saneamento;

- ✧ Construção de nova captação de águas termais em Longroiva;
- ✧ Construção de ETAR da Zona Industrial.

No que se refere aos equipamentos coletivos, tal como demonstrado, dão resposta, grosso modo, às necessidades da população, contudo em alguns domínios existe ainda a necessidade de intervir, de modo a dar uma resposta mais satisfatória às necessidades atuais e previsíveis da população. Relativamente aos equipamentos de apoio social verifica-se a necessidade de aumentar a disposição desses serviços tanto à nível de crianças e jovens, como para idosos.

Quanto aos equipamentos escolares, o concelho dispõe de dois equipamentos de valência de educação pré-escolar (jardim de infância de Mêda e do Instituto D. Maria do Carmo Lacerda Faria) e um centro escolar que compreende o 1.º, 2.º e 3.º ciclo e ensino secundário, localizados na sede concelhia. Desta forma, as crianças do concelho têm de se deslocar até à sede de concelho, sendo fundamental e de extrema importância o serviço de transporte escolar.

Referente aos equipamentos de apoio social, o concelho de Mêda conta com dois apoios a crianças e jovens, uma creche e um centro ATL, registando 100% da capacidade total atingida (Quadro 5). Assim, observa-se que esta resposta atualmente não possui capacidade para atender à procura, aspeto bastante negativo num território cuja intenção é contrair a tendência de redução da natalidade e êxodo rural.

Quadro 5 | Equipamentos sociais de apoio à infância e número de utentes, existentes no concelho, em janeiro de 2020

INSTITUIÇÃO	VALÊNCIA	CAPACIDADE	N.º UTENTES (FREQUÊNCIA)
Instituto D. Maria do Carmo Lacerda Faria	Creche	58	58
Santa Casa da Misericórdia de Mêda	ATL	49	49

Quanto o apoio aos idosos, compreende três lares, sete centros de dia e nove unidades de apoio domiciliário, que atualmente ainda possuem capacidade para a procura atual e futura.

Quadro 6 | Equipamentos sociais de apoio ao idoso e número de utentes, existentes no concelho, em janeiro de 2020

VALÊNCIA	CAPACIDADE	N.º UTENTES (FREQUÊNCIA)
Centro de dia	170	37
Serviço de Apoio Domiciliário (Idosos)	293	195
Lar de idosos	171	131

As tendências demográficas mais recentes apontam para o aumento do peso da população idosa e para a diminuição da proporção da população jovem. Neste sentido, as tendências de evolução desenhadas são importantes alertas, para o sistema de proteção social, pois é, significativamente, crescente o número de cidadãos inativos ou a atingir a idade da reforma e a reclamar pensões, lares de terceira idade, assistência domiciliária, hospitais. Ainda, num território que pretende fixar a população em idade ativa, também deverá ser aposta do Município a criação de um maior número de infraestruturas para crianças até aos três anos.

Ao nível dos equipamentos, o programa de execução define o seguinte conjunto de ações:

- ✦ Construção do Museu Municipal de Arqueologia de Mêda;
- ✦ Construção do Polidesportivo em Longroiva;
- ✦ Reabilitação de edifício para incubadora de empresas;
- ✦ Melhoria da eficiência energética dos edifícios da autarquia;
- ✦ Melhoria da eficiência energética dos edifícios escolares;
- ✦ Remodelação dos espaços escolares do agrupamento de escolas de Mêda;
- ✦ Remoção dos materiais com amianto dos edifícios da autarquia;
- ✦ Criação de respostas habitacionais para situações de emergência social.

Por fim, fator relevante a ser analisado sobre a temática do ordenamento territorial de Mêda, será analisar os riscos naturais e tecnológicos no concelho, e considerando o âmbito da revisão do PDM de Mêda, importa analisar os riscos com tradução ao nível deste instrumento e que incidem no território concelho.

Em relação aos riscos naturais de cheias e inundações e movimentos de vertente, estes foram analisados no âmbito da proposta de revisão do PDM, sendo considerados na delimitação da REN para o concelho de Mêda no âmbito da revisão do PDM, identificadas na Planta de Condicionantes e na Planta da Reserva Ecológica Nacional. Portanto, considera-se que, estando estes riscos analisados e incluídos nos sistemas que integram a REN do concelho, a proposta encontra-se em conformidade, pois foram delimitadas as áreas de suscetibilidade e perigo, com um regime que permite funções adequadas a cada uma das tipologias.

Quando falamos de riscos naturais, um tema inevitável é das alterações climáticas. Às alterações do clima que ocorrem atualmente na Terra, acrescem alterações causadas por diversas atividades humanas que emitem, para a atmosfera, significativas quantidades de gases com efeito de estufa. Tendo por base o atual conhecimento científico, estas alterações do equilíbrio climático estão a provocar um conjunto de impactos, como a subida do nível do mar, aumento dos incêndios rurais, o aumento da frequência de ondas de calor, cheias e inundações resultantes de precipitações rápidas e intensa. Nesta sequência é necessário, de forma a antecipar os seus efeitos adversos, tomar ações adequadas para prevenir e minimizar as suas consequências ou aproveitar as oportunidades que podem surgir das mesmas, que nos adaptemos às constantes mudanças do clima.

Assim é pertinente que o município de Mêda proceda à elaboração da estratégia municipal de adaptação às alterações climáticas, de forma a identificar os riscos mais afetados no futuro e as medidas de mitigação e adaptação aos mesmos. Com esta estratégia, o município pretende constituir uma ferramenta que permita incrementar a sua capacidade de adaptação às alterações climáticas.

Analisando agora os riscos tecnológicos, no concelho de Mêda não existem instalações SEVESO (Decreto-Lei n.º 150/2015, 5 de agosto), nem atividades prevenção e controlo integrados da poluição condicionadas à obtenção de licença ambiental. Caso exista a pretensão de instalação de uma empresa no futuro que manuseie substâncias perigosas e suscetíveis de produzirem efeitos significativos no ambiente, são salvaguardados pelos procedimentos a que os operadores estão sujeitos até à sua implantação, como é o caso da sujeição ao procedimento de AIA, de licenciamento ambiental, obrigatoriedade de elaboração de planos de emergência internos, entre outros.

No caso dos riscos tecnológicos, referente aos incêndios urbanos, os aglomerados que apresentam suscetibilidade elevada situam-se nas freguesias de Ranhos, Mêda, Aveloso, Prova, Rabaçal, Barreira e Fonte Longa.

Por fim, os riscos tecnológicos de incêndios urbanos e colapso de estruturas, são identificadas as áreas de maior suscetibilidade e tomadas medidas de mitigação e de precaução, associados ao PMEPC de Mêda. O risco de incêndios urbanos, que apresentam suscetibilidade elevada são os aglomerados que se situam nas freguesias de Ranhos, Mêda, Aveloso, Prova, Rabaçal, Barreira e Fonte Longa, enquanto, o risco de colapso de estruturas, devido a presença das barragens da Teja e Ranhados no concelho, as áreas que têm maior suscetibilidade de ser afetadas numa situação de colapso de estruturas são as freguesias de Ranhados e de Casteição, na parte oeste do concelho.

### 3.3.4 FCD – PATRIMÓNIO E IDENTIDADE CULTURAL E VITALIDADE TURÍSTICA

No concelho de Mêda existem **13 imóveis classificados**, dos quais três bens imóveis estão classificados como Monumento Nacional, nove bens classificados como Imóvel de Interesse Público e um bem imóvel classificado como Monumento de Interesse Municipal.

Quadro 7 | Património classificado no concelho de Mêda

DESIGNAÇÃO	CATEGORIA DE PROTEÇÃO
Castelo de Marialva	Monumento Nacional
Pelourinho de Ranhados	Monumento Nacional
Castelo de Longroiva	Monumento Nacional
Quinta da Areeira	Imóvel de Interesse Público
Pelourinho de Longroiva	Imóvel de Interesse Público
Ponte Romana de Longroiva	Imóvel de Interesse Público
Casa com elementos dos séculos XV e XVI	Imóvel de Interesse Público
Pelourinho de Aveloso	Imóvel de Interesse Público
Pelourinho de Marialva	Imóvel de Interesse Público
Pelourinho de Meda	Imóvel de Interesse Público
Castelo de Ranhados	Imóvel de Interesse Público
Igreja de São Pedro	Imóvel de Interesse Público
Casa do Redondo (a Casa Senhorial e Casa dos Caseiros)	Monumento de Interesse Municipal

Fonte: Direção-Geral do Património Cultural, 2020.

Os imóveis identificados no quadro anterior dispõem de zona geral de proteção (ZGP) de 50 metros constados dos seus limites externos. Exclui-se a Casa do Redondo que possui zona especial de proteção, constituída pelo Edital n.º 366/2017, DR, 2.ª série, n.º 106, de 1-06-2017.

No concelho existe ainda um conjunto de elementos relativos a **outro património com interesse**, que integram as categorias de arquitetura religiosa (igrejas matrizes, capelas), arquitetura militar (destacando-se a Torre do Relógio), arquitetura civil (solares e casas senhoriais) e estruturas de apoio (fontes, chafarizes e lavadouros).

Outro elemento patrimonial importante localizado no concelho trata-se da presença das zonas especial de proteção do **Alto Douro Vinhateiro** (Aviso n.º 15170/2010, DR, 2.ª série, n.º 147, de 30-07-2010, alterado pelo Aviso n.º 4498/2021, DR, 2.ª série, n.º 20, de 11-03-2021) e do **conjunto de sítios arqueológicos do Vale do Côa** (Aviso n.º 15168/2010, DR, 2.ª série, n.º 147, de 30-07-2010, alterado pelo Decreto n.º 6/2013, DR, 1.ª Série, n.º 86, de 6 -05-2013, e pelo Aviso n.º 1924/2021, DR, 2.ª série, n.º 20, de 20-01-2021).

Os elementos do **património arqueológico** estão presentes no concelho de Mêda encontram-se representados na Planta de Ordenamento II – Salvaguardas (numerados de 150 a 300) e identificados no Anexo VI do regulamento.

Para além dos elementos patrimoniais até agora apresentados, existem ainda no território concelhio alguns **conjuntos urbanos com interesse**, relevantes pela sua unidade, integração na paisagem ou valor histórico, nomeadamente:

- ✧ Núcleo antigo de Casteição;
- ✧ Núcleo antigo de Longroiva;
- ✧ Núcleo antigo de Marialva;
- ✧ Núcleo antigo de Mêda;
- ✧ Núcleo antigo de Ranhados.

A totalidade dos elementos do património arquitetónico presentes no concelho de Mêda encontram-se representados na Planta de Ordenamento II – Salvaguardas (numerados de 13 a 149) e identificados no Anexo VI do regulamento.

Na proposta de revisão do PDM é definida, a classe de espaços culturais, identificado o Castelo de Marialva e Castelo de Longroiva. Neste espaço pretende-se que as intervenções a realizar cumpram as suas necessidades de preservação e valorização do imóvel, sendo admitidas apenas a criação de instalações de apoio ao seu estudo, valorização e/ou fruição pública enquanto bens culturais.

Quanto a **identidade local** do concelho de Mêda esta é tradicionalmente associada ao facto das populações trabalharem e aproveitarem o que a terra lhes proporciona. Ao longo do ano ocorrem as feiras e mercados que permitem uma diversificada compra e venda de produtos, dos quais se destacam os produtos DOP (Denominação de Origem Protegida) e produtos IGP (Indicação Geográfica Protegida) (Quadro 8).

Quadro 8 | Produtos de Qualidade reconhecida (DOP e IGP)

	PRODUTO	DESCRIÇÃO	AGRUPAMENTO DE PRODUTORES	ÁREA GEOGRÁFICA DE PRODUÇÃO NO CONCELHO DE MÊDA
Produtos DOP	Amêndoa Douro	Fruto proveniente de diversas cultivares da <i>Prunus Amygdalus</i> L. e é obtida das variedades Parada, Casa Nova, Pestaneta, Duro Italiano, José Dias, Duro Estrada, Dona Virtude, Boa Casta, Bonita de São Brás, Sebastião Guerra, Molar, Amêndoa de Um Grão, Gémea e Verdeal.	Associação de Produtores de Amêndoa do Alto Douro	Freguesias de Fonte Longa, Longroiva, Mêda e Poço do Canto
	Azeites da Beira Interior	Satisfazem as definições constantes nas als. a), b) e c) do n.º 1 do anexo ao Regulamento (CEE) n.º 136/66, de 22-09-66, e suas alterações, e as constantes do anexo I do Regulamento (CEE) n.º 2 568 / 91, de 11-07-91	Associação dos Produtores de Azeite da Beira Interior	Concelho de Mêda
	Borrego Terrincho	Produto obtido a partir de animais da raça Churra da Terra Quente, filho de pai e mãe inscritos no Livro Genealógico da raça Churra da Terra Quente.	OVITEQ - Cooperativa de Produtores de Carne de Ovinos da Terra Quente, CRL	Freguesias de Fonte Longa, Longroiva, Mêda e Poço do Canto
	Douro	Vinho produzido nas regiões vitícolas do Douro, com os tipos de vinho VQPRD como Tinto, Branco e Rosado, VEQPRD, VLQPRD como "Moscatel do Douro" e Aguardente de Vinho	-	Freguesias de Fonte Longa, Longroiva, Mêda, Poço do Canto
	Porto	Vinho produzido nas regiões vitícolas do Douro, com os tipos de vinho VLQPRD como Tinto e Branco	-	Freguesias de Fonte Longa, Longroiva, Mêda, Poço do Canto
Produtos IGP	Borrego da Beira	Produto obtido a partir de animais das raças Merino da Beira Baixa, Churra do Campo e Churra Mondegueira	Associação de Produtores de Queijo do Distrito de Castelo Branco	Concelho de Mêda

PRODUTO	DESCRIÇÃO	AGRUPAMENTO DE PRODUTORES	ÁREA GEOGRÁFICA DE PRODUÇÃO NO CONCELHO DE MÊDA
Cabrito da Beira	Produto obtido a partir de animais da raça Charnequeira ou da raça Serrana	Associação de Produtores de Queijo do Distrito de Castelo Branco	Concelho de Mêda
Maçã da Beira Alta	Fruto proveniente de diversas variedades de macieira Malus Domestica Bokh, tradicionalmente cultivadas nesta área geográfica e são produzidas por variedades dos grupos Golden, Gala, Red Delicious, Starting, Jonagold, Granny Smith, Jonared e Reinetas	FELBA – Centro de Valorização das Frutas e Legumes da Beira Alta	Concelho de Mêda
Duriense	Vinho produzido nas regiões vitícolas do Douro, com os tipos de vinho Tinto, Branco e Rosado	-	Freguesias de Fonte Longa, Longroiva, Mêda, Poço do Canto

Fonte: DRAPC<sup>2</sup> e Instituto da Vinha e do Vinho<sup>3</sup>.

Passando a análise para o **turismo**, tendo em vista a importância que o **turismo** poderá ter na economia local, o Município de Mêda define como um dos objetivos estratégicos da revisão do PDM, apostar na multiplicidade de segmentos turísticos, aumentando a sua visibilidade regional, nacional, em estreita complementaridade com as redes existentes. Além de criar e promover os eventos culturais, os produtos e a gastronomia local.

O concelho de Mêda possui um grande potencial para as atividades turísticas, sendo de assinalar a presença da **Zona de Proteção Especial do Vale do Côa** e do **Parque Arqueológico do Vale do Côa** e da integração na **Região Demarcada do Douro** (reconhecida, pela UNESCO, como Património Mundial). A integração do concelho de Mêda nesta região representa uma oportunidade ímpar para incrementar a atratividade, constituindo uma oportunidade para potenciar o turismo vitivinícola.

Podem ainda ser referidos outros elementos de interesse como a Aldeia Histórica de Marialva, que constitui uma das 12 Aldeias Históricas de Portugal, o Castelo de Longroiva, que representa um importante testemunho da arquitetura templária da região e o Sítio Arqueológico do Vale do Mouro e vários roteiros turísticos.

A proposta da revisão do PDM de Mêda não delimitou espaços de ocupação turística (rústico) e espaços turísticos (urbano), no entanto, os estabelecimentos de empreendimentos turísticos

<sup>2</sup> <http://ptqc.drapc.min-agricultura.pt/home.php> [acedido em 29 de maio de 2017].

<sup>3</sup> <http://www.ivv.min-agricultura.pt/np4/home.html> [acedido em 29 de maio de 2017].



são permitidos tanto em solo rústico como em solo urbano, através de outras categorias de solo.

No solo rústico, nos espaços naturais e paisagísticos, e sem prejuízo dos condicionamentos legais ou regulamentares aplicáveis, admitem-se como usos compatíveis a inclusão em áreas verdes de proteção e enquadramento, a manter em estado natural, complementares das instalações de empreendimentos turísticos. Já nas classes de espaços agrícolas e de espaços florestais tem como usos complementares, empreendimentos turísticos isolados das tipologias de turismo de habitação e de turismo no espaço rural, com exceção dos hotéis rurais. No caso dos empreendimentos turísticos isolados das tipologias de hotel rural, estabelecimento hoteleiro ou parque de campismo e de caravanismo, estes na proposta, surgem como usos compatíveis com os espaços agrícolas e florestais. É ainda permitida a ocupação por empreendimentos de turismo de habitação e de turismo no espaço rural nos espaços classificados aglomerados rurais.

No solo urbano, podem ainda receber empreendimentos turísticos, desde que sejam consideradas compatíveis com o uso dominante das categorias de espaços.

Apesar do grande potencial turístico do concelho, esta atividade encontra-se ainda sem o desenvolvimento merecido. Sobre os empreendimentos turísticos, excluindo os empreendimentos de turismo no espaço rural (analisados mais a frente), no concelho encontramos um estabelecimento hoteleiro, o Hotel Novo Dia (capacidade para 41 utentes) e empreendimento de turismo de habitação, a Casa Redondo (capacidade para 16 utentes). No que respeita ao alojamento local, este é constituído por 12 alojamentos (10 moradias e 2 estabelecimentos de hospedagem), que proporcionam no total 70 camas, distribuídas por 121 utentes.

A oferta de alojamento turístico concelhio ao nível do turismo em espaço rural (TER) é também merecedora de destaque, uma vez que corresponde à principal tipologia de empreendimento turístico do concelho. Só na freguesia de Marialva (principal núcleo turístico) existe uma dezena de empreendimentos turísticos em espaço rural.

A atividade turística concelhia enfrenta alguns desafios como, por exemplo, a dificuldade de cativar os turistas para atividades ou outras ocupações capazes de os fixar durante mais tempo (estada média de 1,7 noites), ou uma sazonalidade ligeiramente superior comparativamente às regiões em que se insere.

Com vista ao desenvolvimento turístico do concelho e sua afirmação no contexto regional, a proposta do PDM, permite em espaço rural, a criação de empreendimentos de turismo em espaço rural e de turismo de habitação, nos espaços agrícolas, espaços florestais e aglomerados rurais. Nas áreas urbanas podem igualmente receber empreendimentos turísticos, desde que sejam consideradas compatíveis com os usos habitacionais, comércio e serviços nas categorias de espaços centrais, espaços habitacionais, espaços urbanos de baixa densidade.

Em suma, considera-se que o município deverá dar primazia aos empreendimentos turísticos de categoria elevada, pois só desta forma conseguirá distinguir e posicionar o concelho no contexto regional. Assim, a proposta do plano visa suprir a necessidade em determinadas áreas do concelho de aptidão mais agrícola, vem a ser abandonada e nelas buscar alternativas de promover a valorização da paisagem rural, assim a gerar produtos turísticos.

Avaliando o **desenvolvimento rural**, o concelho de Mêda, tentando moldar-se às exigências do mercado e aproveitando as potencialidades endógenas, regista alguns casos de inovação e empreendedorismo interessantes, e que traduzem oportunidades de investimento e de desenvolvimento sustentável, nomeadamente no sector vitivinícola e no turismo, como por exemplo:

- ✧ O processo de certificação da Adega Cooperativa;
- ✧ A loja “Vinhos&Eventos”, que oferece produtos locais e regionais e promove a realização de diversos eventos;
- ✧ A Feira da Caça, Floresta e Produtos Regionais (promovida pela Câmara Municipal e a Associação Clube Caça e Pesca de Mêda) que tem permitido divulgar o património cinegético, natural, gastronómico e paisagístico do concelho;
- ✧ As Termas de Longroiva, equipamento que interliga os tratamentos relacionados com o bem-estar, integrando todas as faixas etárias, sendo cada vez mais visível um exponencial aumento das faixas etárias mais jovens.

Em termos de programação, encontra-se previsto um conjunto de ações com vista à valorização do património cultural, desenvolvimento da atividade turística e potenciar as atividades no espaço rural, nomeadamente:

- ✧ Revitalização do Núcleo Antigo de Mêda;

- ✧ Valorização dos núcleos históricos de Marialva, Ranhados e Casteição;
- ✧ Recuperação da Aldeia de Longroiva;
- ✧ Criação de Centros Temáticos de Receção Turística (vinho, olaria, templários);
- ✧ Aproveitamento Lúdico das Margens da Barragem de Ranhados;
- ✧ Musealização das Ruínas do Vale do Mouro – Coriscada;
- ✧ Parque aventura em Ranhados;
- ✧ Parque radical na Faia;
- ✧ Implementação de Trilhos BTT e respetivas estruturas de apoio, em todo o concelho.

## 4 SISTEMATIZAÇÃO DA AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA

Neste capítulo é apresentada a síntese das tendências de evolução, segundo o seu desenvolvimento face à situação atual e aos cenários utilizados, tendo em consideração os objetivos estipulados. Esta síntese permite compreender, de uma forma mais clara e sucinta, a análise da avaliação ambiental dos FCD estabelecidos.

Quadro 9 | Situação atual e tendência de evolução - Síntese da AAE da revisão do PDM de Mêda

FCD	CRITÉRIOS	SITUAÇÃO ATUAL	EVOLUÇÃO SEM RPDM	EVOLUÇÃO COM RPDM
Revitalização e Diversificação Económica	Economia		-	+
	Atividades económicas em espaço rural		-	+
Proteção e Valorização do Património Ambiental e Recursos Naturais	Recursos Florestais		0	+
	Paisagem		0	+
	Património Natural e Biodiversidade		-	+
	Qualidade Ambiental		-	+
Qualificação e Ordenamento do Território	Modelos e padrões de povoamento		-	+
	Níveis de infraestruturação e equipamentos de apoio		-	+
	Requalificação do edificado e dos espaços urbanos		-	+
	Riscos naturais e tecnológicos		0	+
Património e Identidade Cultural e Vitalidade Turística	Património cultural		0	+
	Identidade local		0	+
	Turismo		0	+
	Desenvolvimento Rural		-	+

	DISTANTE	PRÓXIMO	MUITO PRÓXIMO
TENDÊNCIA DE EVOLUÇÃO	- NEGATIVA	0 SEM ALTERAÇÃO SIGNIFICATIVA	+ POSITIVA

## 5 PROCESSO DE SEGUIMENTO E CONTROLO

---

Na monitorização do plano (Etapa D - Seguimento e Monitorização) a utilização de indicadores é uma ferramenta essencial na gestão e avaliação das opções tomadas, permitindo monitorizar os impactes estratégicos resultantes da implementação das opções estratégicas e das medidas do plano.

A definição dos indicadores teve em consideração a necessidade de estes serem quantificáveis, permitindo o controlo ambiental da execução do plano.

O Programa de Gestão e Monitorização Ambiental deve ser integrado no Programa de Execução, da revisão do PDM, de modo, que fique estabelecida a construção de um sistema permanente de recolha, tratamento e análise das variáveis de controlo, permitindo compreender as tendências de evolução ao longo da vigência do Plano.

Os resultados da monitorização deverão ser remetidos, pela Câmara Municipal de Mêda, à Agência Portuguesa do Ambiente, com uma periodicidade anual, devendo, simultaneamente, proceder-se à sua divulgação pública.

Quadro 10 | Indicadores de seguimento e monitorização ambiental da revisão do PDM de Mêda

FCD	INDICADOR (UNIDADE)	PERIODICIDADE	FONTE DA INFORMAÇÃO	META
<b>Revitalização e Diversificação Económica</b>	Área total de espaços infraestruturados e estruturados para o acolhimento de novas empresas (ha)	Bienal	CM Mêda	39,17 ha
	Taxa de ocupação das áreas empresariais/industriais (%)	Quinquenal	CM Mêda	70%
	Empresas instaladas no concelho (N.º)	Anual	C.M. Mêda/INE	Aumentar
	Empresas do setor primário (N.º)	Anual	C.M. Mêda/INE	Aumentar
	Postos de trabalho criados (N.º)	Bienal	INE; GEE; Empresas	Aumentar
	Construções em RAN (N.º)	Quinquenal	C.M. Mêda	-
	Evolução do número de produtores envolvidos na produção dos produtos de qualidade (N.º)	Anual	CM Mêda	Aumentar
	Volume e valor da produção dos produtos de qualidade (Euros)	Anual	C.M. Mêda	Aumentar
	Empreendimentos e ações turísticas que promovem a área da vitivinicultura (N.º)	Bienal	C.M. Mêda	Aumentar
	Áreas agrícolas utilizadas com usos e ocupações relativas a atividades exteriores ao sector agrícola/pecuário (N.º)	Bienal	C.M. Mêda	Aumentar
	Medidas de valorização e promoção dos recursos endógenos (N.º)	Quinquenal	C.M. Mêda	-
	Empresas de promoção de atividade turística em espaço rural (N.º)	Bienal	Turismo de Portugal	Aumentar
<b>Proteção e Valorização do Património Ambiental e Recursos</b>	Infraestruturas de lazer e recreio criadas (N.º)	Quinquenal	C.M. Mêda	Aumentar
	Evolução tendencial da área florestal ardida (ha/%)	Anual	C.M. Mêda	Diminuir
	Ocorrências de incêndios rurais (N.º)	Anual	C.M. Mêda	Diminuir
	Medidas que garantam a correta salvaguarda, proteção e valorização de cada um dos subsistemas que constituem a REN (N.º)	Bienal	ICNF; C.M. Mêda	Aumentar

FCD	INDICADOR (UNIDADE)	PERIODICIDADE	FONTE DA INFORMAÇÃO	META
<b>Naturais</b>	Construções em REN (N.º)	Quinquenal	C.M. Mêda	-
	Área total de áreas florestais com perigosidade de incêndio alta e muito alta (ha)	Anual	C.M. Mêda	-
	Medidas de proteção dos povoamentos de sobreiros e azinheira (N.º)	Quinquenal	ICNF	Aumentar
	Medidas de valorização e requalificação paisagística (N.º)	Bienal	C.M. Mêda	Aumentar
	Operações urbanísticas em áreas da Estrutura Ecológica Municipal (N.º e ha)	Quinquenal	C.M. Mêda	Diminuir
	Área de exploração de recursos geológicos (ha)	Bienal	CM Mêda/EDM	-
	Qualidade das águas superficiais e subterrâneas (estado)	Anual	SNIAmb/SNIRH	Bom
	Concessões mineiras abandonas ou em recuperação (N.º e ha)	Quinquenal	CM Mêda/EDM	-
	População exposta ao ruído ambiente (N.º)	Quinquenal	CM Mêda	Diminuir
	Qualidade do ar (N.º)	Anual	APA	Bom ou Muito Bom
<b>Qualificação e Ordenamento do Território</b>	Grau de consolidação do perímetro urbano (%)	Quinquenal	C.M. Mêda	80%
	Nível de cobertura das redes de abastecimento da água (%)	Bienal	C.M. Mêda	100%
	Nível de cobertura das redes de saneamento (%)	Bienal	C.M. Mêda	100%
	Nível de cobertura por ETAR (%)	Bienal	C.M. Mêda	100%
	Recolha seletiva (%)	Bienal	C.M. Mêda; Resiestrela, S.A.	80%
	Intervenções nos equipamentos coletivos (%)	Quinquenal	C.M. Mêda	100%
	Espaços verdes criados (ha)	Quinquenal	C.M. Mêda	14,64 ha
	Licenciamentos para construção / reconstrução (N.º)	Bienal	C.M. Mêda	Aumentar
	Intervenções de requalificação da rede viária (%)	Quinquenal	C.M. Mêda	100%

FCD	INDICADOR (UNIDADE)	PERIODICIDADE	FONTE DA INFORMAÇÃO	META
	Áreas de risco elevado e muito elevado (ha)	Bienal	C.M. Mêda	Diminuir
	Área impermeabilizada em zonas de risco (ha/%)	Bienal	C.M. Mêda	Diminuir
	Intervenções para a prevenção e mitigação dos impactes dos riscos (N.º)	Bienal	C.M. Mêda	Aumentar
	Utilizadores da rede de transportes públicos (N.º)	Bienal	C.M. Mêda	Aumentar
	Cobertura da rede de transportes públicos (%)	Quinquenal	C.M. Mêda	85%
<b>Património e Identidade Cultural e Vitalidade Turística</b>	Estado de conservação do património classificado e arqueológico (N.º)	Quinquenal	DGPC; C.M. Mêda	Aumentar
	Medidas de proteção do património cultural, quer arquitetónico quer arqueológico (N.º)	Bienal	C.M. Mêda	Aumentar
	Ações de recuperação e número de elementos patrimoniais requalificados (N.º)	Quinquenal	DGPC; C.M. Mêda	Aumentar
	Atividades de promoção e valorização da cultura e identidade locais (N.º)	Bienal	C.M. Mêda	Aumentar
	Produtos regionais produzidos no concelho, com denominação de origem protegida e indicação geográfica protegida (CM Mêda/DGADR)	Anual	C.M. Mêda/DGADR	Aumentar
	Dormidas (N.º)	Anual	Turismo de Portugal; INE; C.M. Mêda	Aumentar
	Taxa de ocupação hoteleira (%)	Anual	Turismo de Portugal; INE; C.M. Mêda	Aumentar
	Capacidade de alojamento (N.º)	Anual	Turismo de Portugal; INE; C.M. Mêda	Aumentar
	Empreendimentos turísticos criados (N.º)	Bienal	Turismo de Portugal; INE; C.M. Mêda	Aumentar
	Empreendimentos turísticos criados em áreas rurais (N.º)	Anual	C.M. Mêda	Aumentar
	Proveitos de aposento (Euros)	Anual	Turismo de Portugal; INE; C.M. Mêda	Aumentar



FCD	INDICADOR (UNIDADE)	PERIODICIDADE	FONTE DA INFORMAÇÃO	META
	Medidas de promoção do turismo do concelho (N.º)	Bienal	Turismo de Portugal; INE; C.M. Mêda	Aumentar
	Imóveis ou conjuntos com interesse patrimonial alvos de operações urbanísticas com vista a sua valorização/recuperação (N.º)	Anual	Turismo de Portugal; INE; C.M. Mêda	Aumentar

## 6 CONCLUSÃO

---

Com a elaboração deste relatório pode-se constatar que a implementação da proposta da 1.ª revisão do PDM de Mêda resultará em efeitos positivos pois permitirá o desenvolvimento económico, social e ambiental do concelho. Este relatório e o processo no qual ele se suporta, contribuirão para a solução final (sustentada e sustentável) encontrada ao nível da proposta da 1.ª revisão do PDM de Mêda.

O processo da AEE permitiu a identificação de objetivos de proteção ambiental, de efeitos significativos e de medidas preventivas, e a sua associação às propostas do Plano, apontando igualmente um conjunto de recomendações que visam a mitigação dos eventuais efeitos negativos e potenciação dos efeitos positivos sobre o ambiente.

Foi também dado um contributo no sentido de garantir que a informação, a sua sistematização e a uniformização das fontes e datas de referência, seriam consistentes e coerentes com os objetivos propostos, quer para a concretização do Plano, quer para a avaliação deste.

Por último, referir que os momentos de consulta das ERAE geraram ocasiões/oportunidades que permitiram à equipa da AAE, em conjunto com os demais intervenientes, uma eficaz reflexão conducente à integração dos diferentes apresentados, reforçando a abordagem e resposta de conjunto.

## 7 BIBLIOGRAFIA

---

Câmara Municipal de Mêda, (2012) – **Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil - Parte IV - Secção II**. GeoAtributo C.I.P.O.T. Lda., setembro de 2012.

Câmara Municipal de Mêda, (2019) – **Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios – Caderno I e II**. Câmara Municipal de Mêda, 2019.

DGOTDU, (2008) - **Guia da Avaliação Ambiental dos Planos Municipais de Ordenamento do Território**. 1ª ed. Lisboa: Direção-Geral do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Urbano, novembro de 2008. ISBN 978-972-8569-44-0.

DGOTDU e Universidade de Évora, (2002) - **Contributos para a Identificação e Caracterização da Paisagem em Portugal Continental** – Volume II e III. Edição 2004. Lisboa: Direção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, junho 2004. ISBN 972-8569-28-9.

INE – Instituto Nacional de Estatística, (2017) – **Anuário Estatístico da Região Centro – 2017**. Edição 2018. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, I.P., 2018. ISBN 978-989-25-0453-7.

PARTIDÁRIO, Maria do Rosário, (2012) - **Guia de melhores práticas para Avaliação Ambiental Estratégica** – orientações metodológicas para um pensamento estratégico em AAE. 1ª ed. Lisboa: Agência Portuguesa do Ambiente com o apoio de Redes Energéticas Nacionais (REN), SA, 2012. ISBN 978-972-8577-63-6.

### Sites consultados:

Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos: <http://www.ersar.pt/pt>

Direção-Geral do Território: <http://www.dgterritorio.pt/>

Direção-Geral do Património Cultural: <http://www.patrimoniocultural.gov.pt>

Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas: <https://www.icnf.pt>

Instituto Nacional de Estatística: [https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpgid=ine\\_main&xpid=INE](https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpgid=ine_main&xpid=INE)

Município de Mêda: <https://cm-meda.pt>

Registo Nacional de Turismo: <https://rnt.turismodeportugal.pt/RNT/ConsultaAoRegisto.aspx>

Sistema Nacional de Informação de Recursos Hídricos: <https://snirh.apambiente.pt/>

Turismo de Portugal: <https://www.turismodeportugal.pt>

## Legislação

**Decreto-Lei n.º 254/98, de 11 de agosto:** reconhece as denominações de origem controlada (DOC) «Porto» e «Douro», adequando-as à nova realidade institucional da Região Demarcada do Douro.

**Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho:** estabelece o regime a que fica sujeita a avaliação dos efeitos de determinados planos e programas no ambiente, transpondo para a ordem jurídica interna as Diretivas n.ºs 2001/42/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de Junho, e 2003/35/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de Maio.

**Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de maio:** estabelece deveres de divulgação de informação relativa à avaliação ambiental, procedendo à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho, que estabelece o regime a que fica sujeita a avaliação dos efeitos de determinados planos e programas no ambiente.

**Decreto-Lei n.º 239/2012, de 2 de novembro:** procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 166/2008, de 22 de agosto, que estabelece o Regime Jurídico da Reserva Ecológica Nacional.

**Decreto-Lei n.º 239/2013, de 02 de novembro:** determina o Regime Jurídico da Reserva Ecológica Nacional.

**Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio:** aprova a revisão do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro.

**Resolução do Conselho de Ministros n.º 137/95, de 14 de novembro:** ratifica o Plano Municipal de Mêda.

**Resolução do Conselho de Ministros n.º 75/96, de 24 de maio:** aprova a Reserva Ecológica Nacional em vigor no concelho de Mêda.

**Portaria n.º 165/2005, de 11 de fevereiro,** que aprova o regulamento de produção e comércio da denominação de origem Beira Interior.

**Portaria n.º 55/2019, de 11 de fevereiro**, que aprova o Programa Regional de Ordenamento Florestal do Centro Interior (PROF CI).

**Despacho n.º 8384/2016, de 29 de junho**: constituição da comissão consultiva da revisão do Plano Diretor Municipal de Mêda.

**Aviso n.º 2018/2016, de 18 de fevereiro**: Área de Reabilitação Urbana Centro Histórico de Mêda.